

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PESCA

IMPACTO SOCIAL DA PESCA DE LAGOSTA
COM COMPRESSOR NO DISTRITO DE REDONDA,
ICAPUÍ - CEARÁ

Cláudio Alberto Barbosa Bezerra

Dissertação apresentada ao Departamento de
Engenharia de Pesca do Centro de Ciências
Agrárias da Universidade Federal do Ceará,
como parte das exigências para obtenção do
título de Engenheiro de Pesca.

FORTALEZA - CEARÁ

Agosto/1992

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B469i Bezerra, Cláudio Alberto Barbosa.
Impacto social da pesca de lagosta com compressor no distrito de Redonda, Icapuí - Ceará / Cláudio Alberto Barbosa Bezerra. – 1992.
78 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Engenharia de Pesca, Fortaleza, 1992.
Orientação: Prof. Carlos Geminiano Nogueira Coelho.

1. Lagostas - Pesca. 2. Impacto social. I. Título.

CDD 639.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PESCA

IMPACTO SOCIAL DA PESCA DE LAGOSTA
COM COMPRESSOR NO DISTRITO DE REDONDA,
ICAPUI - CEARÁ

Cláudio Alberto Barbosa Bezerra

Dissertação apresentada ao Departamento de
Engenharia de Pesca do Centro de Ciências
Agrárias da Universidade Federal do Ceará,
como parte das exigências para obtenção do
título de Engenheiro de Pesca.

FORTALEZA - CEARÁ

Agosto/1992

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da solidariedade de amigos, parentes e diversas pessoas com quem mantive contato durante a sua construção. A falta de apoio institucional acentuou as dificuldades por mim enfrentadas, porém, em conjunto com a fraternidade de pessoas próximas, tive a obstinação e por que não dizer, teimosia, de levar adiante o meu intuito.

Por tudo isso, e mais, pelo que não é dito, mas sentido, desejo explicitar o nome de pessoas que contribuíram de alguma forma, para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço, inicialmente, ao meu orientador, Professor Carlos Geminiano, que durante o andamento do trabalho demonstrou ser uma pessoa dedicada à sua função, orientando-me de forma aberta e amigável, subsidiando a pesquisa com críticas e sugestões que muito me ajudaram.

A professora Ivone Cordeiro Barbosa, do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UFC, que subsidiou a pesquisa no seu aspecto humano, mostrando-me em conjunto com o meu orientador, que a divisão entre "saber técnico" e "saber social", é fruto de uma ideologia que compreende o perigo da "universalização do conhecimento" e por isso mesmo a renega. Agradeço também, agora, a minha tia Ivone, por custear minhas despesas com viagens e confecção do trabalho.

A Gustavo, companheira de todos os momentos, que com seu amor e carinho, me deu força nos momentos de tristeza e desânimo.

Aos meus pais, irmãos, minha avó, D. Iracema e Marly.

Aos moradores de Redonda, pessoas que mesmo sendo humildes, não se entregam e se mostraram excelentes anfitriões.

A Prefeitura Municipal de Icapui, por sua receptividade, em especial Chiquinho, seu Vice-Prefeito e Dr. Odorico, Secretário de Saúde do Município.

Ao Presidente da Colônia de Pescadores de Icapui, Ivan.

Aos funcionários do IBAMA, pelas informações prestadas, em especial, ao Engenheiro de Pesca Zé Ribeiro, Chefe de Fiscalização do Órgão.

Aos amigos, Soraya Vanini, Jeferson, Martinha Moscou e todos os demais companheiros de Movimento Estudantil, a quem deve muito da minha formação nessa verdadeira escola, que são os movimentos sociais.

Finalmente, a todas as pessoas que possuem a consciência de que ainda restam muitos "muros" a serem derrubados, para que essa situação de miséria e desespero por que passa a maioria de nossa população, tenha fim.

RESUMO

Com este trabalho pretendeu-se realizar um levantamento acerca do impacto da pesca predatória da lagosta sobre a comunidade de Redonda, Município de Icapuí Estado do Ceará. Enfatizando a questão de pesca de compressor.

Foram abordados aspectos históricos e políticos, como: a origem das Colônias de Pescadores, políticas públicas para o setor pesqueiro; aspectos técnicos, como as práticas utilizadas pelos pescadores de Redonda e mergulhadores; e aspectos sociais, caracterizando o efeito da atuação dos mergulhadores para com a área do estudo, que apesar de apresentar algumas peculiaridades, mantém nas relações de trabalho na pesca, a exploração da mão-de-obra do pescador artesanal.

Por esta avaliação, verificou-se que a problemática da pesca predatória, deve ser repensada, não só pelos órgãos ligados de forma mais direta com a questão, mas também deve ser discutida por todas as pessoas que formam o setor, de forma aberta e aprofundada.

Espera-se com esta pesquisa, o surgimento de outras discussões que venham a subsidiar principalmente, o trabalhador sofrido que é o pescador.

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO	01
2. METODOLOGIA E MATERIAIS	03
2.1. Delimitação do Objeto de Estudo	03
2.2. Procedimentos de Pesquisa	04
2.3. Configuração da Área de Estudo	07
2.3.1. Icapui	07
2.3.2. Redonda	11
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES ..	14
3.1. Pesca no Brasil e Políticas Públicas para o Setor...	14
3.2. Tipos de Embarcação	29
3.2.1. Botes motorizados	29
3.2.2. Botes à vela	30
3.2.3. Jangadas e outros	31
3.3. Tipos de Pescaria	32
3.3.1. Pesca de covó ou manzuá	33
3.3.2. Pesca de caçoeira (rede de espera)	34
3.3.3. Pesca de compressor	36
3.4. Estrutura Organizacional e Relações de Trabalho ...	39
3.5. Tensões Sociais e Atuação Institucional	44
4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	57
5. BIBLIOGRAFIA	62

ANEXOS

IMPACTO SOCIAL DA PESCA DA LAGOSTA COM COMPRESSOR NO
DISTRITO DE REDONDA, ICAPUI - CEARÁ

Claudio Alberto Barbosa Bezerra

1. INTRODUÇÃO

Após alguns anos do meu ingresso no Curso de Engenharia de Pesca, faço uma rápida retrospectiva do que foi a minha experiência acadêmica, com o objetivo de situar o meu interesse pela pesca artesanal, objeto desta Monografia.

Passado o impacto dos primeiros semestres, a ênfase do Curso nos aspectos técnicos e empresários da questão pesqueira, deixavam para mim uma interrogação: e o pescador, que não tem acesso ao aparato tecnológico mais moderno, que não é empresário? Qual o papel do Engenheiro de Pesca como profissional junto às comunidades dos chamados pescadores artesanais? Estas indagações não encontravam respostas no Curso e nem mesmo nos Congressos destinados ao setor que participei.

A preocupação com questões sociais, acentuada pela minha experiência nos movimentos sociais, levaram-me ao interesse pela prática da pesca artesanal, na medida em que

eu percebia que, a mesma seja uma atividade da maior importância, tanto na economia cearense, pelo valor comercial de seus produtos e pelo número de empregos que gera, como também na formação cultural do nosso povo, não contava com nenhum apoio institucional, seja de caráter técnico ou financeiro.

A proposta curricular do Curso de Engenharia de Pesca está, portanto, vinculada a uma determinada exigência do setor pesqueiro - a industrial, desconsiderando um outro setor - o artesanal.

Querendo aliar os conhecimentos técnicos que adquiri durante o Curso, procurei iniciar uma aproximação com a problemática da pesca artesanal.

Um acontecimento envolvendo pescadores, acentuou o meu interesse e foi definidor para a minha escolha. Trata-se do conflito que se deu em 1989, na comunidade de Redonda, município de Icapuí. O conflito teve ampla repercussão nos jornais, pela violência com que aconteceu e por ter ocasionado a morte de um mergulhador e assim explicitar um confronto entre práticas pequenas diferenciadas.

2. METODOLOGIAS E MATERIAIS

2.1. Delimitação do Objeto de Estudo

Para encaminhar minhas reflexões, defini como objeto do meu estudo, analisar a repercussão da pesca de compressor em confronto com a pesca artesanal e como se dá a atuação dos órgãos do Estado diante das práticas predatórias.

A emergência do conflito em Redonda, denunciando de forma trágica os problemas enfrentados pelos pescadores, levou-me a formular algumas questões que serviram de guia para orientar a minha pesquisa. Levantei, inicialmente, as seguintes indagações:

1. Considerando que o fato gerador do conflito foi o uso do compressor, em que medida esta prática era questionada pela sua ilegalidade, ou por se dar apenas como "invasão de área"?
2. Até que ponto o nível de consciência da comunidade em questão é responsável por essa indignação e pelas ações implementadas pela mesma, e como se relacionam os habitantes de Redonda com as demais partes envolvidas na questão?
3. Como se deu a atuação dos órgãos oficiais ligados aos acontecimentos aqui relatados?

2.2. Procedimentos na Pesquisa

Definida a pesca artesanal como objeto de estudo, procedeu-se a escolha da área a ser pesquisada, uma vez que em todo o litoral do Ceará existem comunidades dedicadas a esta atividade.

A partir de contatos institucionais (IBAMA, LABOMAR) e com colegas que só tinham trabalhado na área, meu interesse concentrou-se no município de Icapuí, pelos seguintes motivos: 1) encontrar as comunidades que vivem exclusivamente da pesca artesanal; 2) não ter, pelo menos até agora, a presença de atividades turísticas nem especulação imobiliária. Além disso, uma visita à área, com contato com a Prefeitura, esta demonstrou interesse e ofereceu facilidades fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, como o acesso aos dados e contato com as comunidades.

A escolha de Redonda, além dos critérios acima mencionados, deveu-se também ao fato de que esta comunidade apresentava outras características, como: ter sido palco do conflito de 1989 e a demonstração de um forte sentido de agregação comunitária.

A pesquisa baseou-se em fontes indiretas, com o uso de dados secundários, obtidos junto à Prefeitura Municipal de Icapuí, IBAMA, IBGE, dentre outros; e em fontes

diretas, com a realização de pesquisas empíricas, baseadas em entrevistas com pessoas da comunidade e do município, em visitas realizadas nos seguintes períodos:

- 1a. maio de 1991
- 2a. junho de 1991
- 3a. outubro de 1991
- 4a. janeiro de 1992
- 5a. junho de 1992.

Estas visitas realizadas ao longo de um ano, tinham como objetivo a coleta de dados, através de entrevistas, participação em reuniões e encontros, como também através de observação.

Dada a natureza do meu objeto, recorri aos instrumentos técnicos da pesquisa em Ciências, como observação e entrevistas, uma vez que precisava recuperar as técnicas, o modo de operar e os argumentos usados pelos pescadores para justificar o uso ou não de determinadas técnicas. Dessa maneira, o mais importante para o meu trabalho é o que as Ciências Sociais denominam "dado qualitativo", isto é, aquele que não está sujeito a um controle estatístico, mas que aliados a estes, passam a ter significação e a explicar a realidade. Para escolha dos entrevistados, adotou-se os seguintes critérios:

- abrangência das categorias que compõem a comunidade, autoridades do município, representantes da comunidade,

pescadores, artesãos, marchantes, mergulhadores, etc.;

- pessoas que vivenciaram diretamente o conflito de 1989.

Ao todo, foram realizadas 11 (onze) entrevistas, assim distribuídas: 5 com pescadores (sendo um, Mestre de Embarcação); 2 marchantes; 1 pescador e artesão de manzuás; 1 ex-mergulhador; 1 com vereador representante da comunidade e 1 com o presidente da Colônia de Pescadores de Icapuí.

Dessas categorias, duas apresentaram enorme dificuldade, os marchantes, que se mantiveram em postura defensiva, respondendo as indagações com evasivas, e dos mergulhadores, o único que se dispôs a responder foi um ex-mergulhador, dado o caráter clandestino e ilegal da prática, como também, por sofrer uma grande discriminação na própria comunidade.

Participei também de reuniões relacionadas à questão, dentre as quais destaca-se:

- reunião realizada em outubro/1991, em Beberibe, convocada pela Federação das Colônias de Pescadores, com a presença dos seguintes órgãos: Capitania dos Portos, IBAMA, LABOMAR e as colônias de pescadores da região de Beberibe até Icapuí, cujo tema de discussão foi pesca predatória;

- reunião na comunidade de Peroba (vizinha a Redonda), com a presença de pescadores e suas famílias e representantes do poder municipal e lideranças, com o objetivo de organizar o Encontro das Comunidades de Icapuí;

- reunião entre a Administração do Município e Pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (inclusive do Departamento de Engenharia de Pesca e LABOMAR), com o intuito de discutir a definição de projetos e prioridades.

Foram realizadas, também, coletas de informações junto à Imprensa (Jornal "O Povo"), que à época do conflito realizou ampla cobertura jornalística.

2.3. Configuração da Área de Estudo

2.3.1. Icapuí (1)

A área escolhida para a pesquisa, a comunidade de Redonda localiza-se no município de Icapuí, cuja denominação de origem indígena, significa "canoa veloz". Emancipado de Aracati a 15 de fevereiro de 1985, pela Lei n. 11.003, está situado geograficamente na micro-região do Vale do Jaguaribe e é acessível via BR-304 com conexão na CE-201. Saindo de Fortaleza, o acesso pode ser alcançado pela BR-116 (220 km) ou pela CE-04 (195 km).

Icapuí possui uma área de 408 km², com 64 km de litoral, indo de Aracati (a leste) até o Estado do Rio Grande do Norte (a oeste). (Anexo 1)

(1) As informações deste item foram retiradas do documento:
PMI - Prefeitura Municipal de Icapuí - Redonda, 1989.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Icapuí, a população oscila em torno de 11.172 habitantes, sendo que destes, 5.771 são menores de 20 anos.

No setor produtivo primário, a pesca se destaca como principal atividade econômica, o que insere o município, na lista dos principais produtores de pescado (em especial lagosta) do Estado do Ceará, ao lado de Camocim, Acaraú, Aracati e Fortaleza. Esta atividade emprega diretamente 1.102 trabalhadores. No setor primário, as outras atividades que se destacam, são:

Agricultura - tem como principais produtos, o caju, côco, mandioca, milho e feijão, sendo as duas primeiras, mais representativas. Aproximadamente 20% da população tem acesso à terra, em sua maioria pequenas propriedades, e apenas duas empresas, MASA (Grupo Edson Queiroz) e COPAM (Grupo J. Macedo) concentram aproximadamente 8.160 Ha, ou seja, um quinto das terras do município.

Extração de Sal - emprega 88 famílias, caracterizando-se por ser uma atividade meramente extrativista, pois no município não existe indústria de beneficiamento de recurso. É considerada uma atividade insalubre, muito por conta das condições a que são submetidos os trabalhadores que não utilizam equipamentos de proteção (botas, luvas, óculos escuros).

As chamadas doenças profissionais são comuns nessa atividade, principalmente cegueira e doenças de pele.

Petróleo - imediatamente após a entrada que dá acesso ao município, no distrito de Belém, podem ser observadas instalações da Petrobrás, que se destinam à exploração de petróleo, o que faz do município possuidor da maior área petrolífera do Estado; porém, os royalties a que o mesmo tem direito, não correspondem a 10% da sua renda total.

O setor secundário tem como principal atividade, a confecção de labirinto, que emprega 638 trabalhadores. Embora teoricamente autônomas, as labirinteiras dependem do atravessador, que fornece a matéria-prima e adquire o produto final a preço ínfimo.

O setor terciário se resume a pequenas mercearias e pequenos comércios. Quanto ao turismo, apesar de o município possuir um imenso potencial, por conta de suas belezas naturais, não há nenhuma organização nesse sentido, sendo que a estrutura se resume em pequenas pousadas.

Situado em uma das regiões mais pobres do país, Icapuí não poderia deixar de ser uma exceção no que se refere às questões sociais, apesar de apresentar algumas peculiaridades, que sugerem estar relacionadas com a renda gerada pelo setor primário, principalmente pela pesca artesanal e pela forma como são gerenciados os recursos públicos (a maior parte da receita do município é destinada

aos setores de saúde e educação).

Dentre os indicadores sociais, podemos destacar:

Moradia - 84,4% das famílias do município possuem casa própria, em sua maioria casas de taipa, feitas de barro batido, cipó e areia; 5,2% residem em casas alugadas e o restante, em habitações cedidas ou doadas. Icapuí não conta com sistema de abastecimento e tratamento de água, e esta origina-se de poços perfurados, cacimbas ou chafarizes. 72% das residências não possuem banheiros e 50% só têm fornecimento de energia elétrica.

Educação - 47% da população é analfabeta, sendo que a maioria dos habitantes que se enquadram nessa condição, são maiores de 30 anos de idade. O ensino é em sua totalidade, público, gratuito e municipalizado, sendo um dos poucos municípios brasileiros onde não existe carência de vagas, e além do ensino básico, existem cursos a nível de 2o. grau, inclusive no período noturno.

Este trabalho realizado na área de educação, rendeu recentemente ao município de Icapuí, um prêmio da UNICEF.

Saúde - como o que ocorre na educação, o sistema de saúde é, em sua totalidade público, gratuito e municipalizado. Além de postos de saúde em alguns distritos, a sede do município conta com um pequeno hospital.

O índice de mortalidade infantil, 49 por mil, é considerado um dos mais baixos da região, o do Estado do Ceará é de 70 por mil e o da região Nordeste, 105 por mil.

Uma questão preocupante no que se refere à saúde pública, é o saneamento básico; a maioria das habitações não possuem banheiros, fossas e cisternas, o que implica no lançamento de dejetos a céu aberto, aumentando dessa forma o risco de formação de focos de doenças relacionadas a essa questão. Este fator torna-se ainda preocupante, quando sabemos que a principal atividade econômica do município é a pesca artesanal que, além de não dispor de infra-estrutura adequada para a conservação e manuseio, tem como matéria-prima um produto de fácil contaminação.

2.3.2. Redonda

O distrito de Redonda, base empírica da nossa pesquisa, escolhida a partir dos critérios mencionados anteriormente, apresenta as seguintes características:

- comunidade de pescadores, distante 12 km da sede do município em direção ao litoral oeste, possui acesso de 06m, de estrada carroçável que, em período de chuvas, torna-se praticamente intransitável. Dista 46km de Aracati e 211km de Fortaleza. Formada por um agrupamento de 374 casas, a maior parte localizada em terrenos de Marinha, possui uma

população de 2.003 habitantes.

Redonda, destaca-se como principal ponto de desembarque de pescado do município, e toda a atividade da comunidade gira em torno da pesca artesanal, principalmente de lagosta;

- mais da metade da população do distrito é formada por menores de 20 anos (Anexo 3) e cerca de 500 pessoas, em sua totalidade do sexo masculino, dedicam-se à pesca;

- com relação ao item moradia, 74,87% das casas são de taipa, 89,57% das famílias possuem casa própria, 0,53% residem em casas alugadas e o restante, em habitações cedidas ou doadas. A maioria, (82,89%) não possuem banheiros e o fornecimento de água é realizado principalmente por poços, bombas e cacimbas.

- apesar da comunidade ser considerada em termos de organização, a que tem o nível mais elevado de todo o município, o saneamento básico é, sem dúvida, uma das questões mais preocupantes, visto que 66,04% do lixo e 83,69% dos dejetos, são depositados a céu aberto. Um agravante a essa situação é a posição geográfica da comunidade, entre uma formação geológica do tipo barreiras e a linha de maré;

- a comunidade dispõe de energia elétrica, linha de ônibus (Aracati/Redonda) uma vez por dia, escola de primeiro grau, posto telefônico, posto de saúde, dois templos religiosos

(católico e protestante), associação de moradores e pequenos comércios (bares e mercearias), além de uma pousada recém-construída;

- no que se refere à infra-estrutura de apoio à pesca, Redonda possui dois estaleiros destinados à construção e reparos de embarcações, sendo um registrado e o outro clandestino. Peças de reposição somente são adquiridas em Icapui ou Aracati. Insumos para a pesca são comprados em Aracati ou Mossoró; algumas mercearias vendem material de pesca e cerca de quatro pessoas se ocupam na confecção de manzuás. A infra-estrutura de conservação de Redonda (gelo e câmaras frigoríficas), é dominada por atravessadores e marchantes, como são mais conhecidos, e pela Associação dos Moradores que construiu uma pequena fábrica de gelo, a fim de atenuar este problema, porém a mesma só funcionou por curto período, devido a uma avaria.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

3.1. Pesca no Brasil e Políticas Públicas para o Setor

A atividade pesqueira realizada no Brasil pode ser dividida basicamente em dois subsetores, denominados, respectivamente, industrial e artesanal.

O primeiro, caracteriza-se como detentor de infraestrutura especializada para a captura, conservação e beneficiamento dos recursos explorados, isto é, embarcações de médio e grande porte, dotadas de instrumental de auxílio à navegação, localização e captura de cardumes e de parque industrial voltado para a estocagem, processamento e posterior comercialização do pescado, o que faz com que esse sub-setor centralize seu poder de pesca sobre populações de grande abundância e/ou elevado valor comercial que justifiquem dessa forma a aplicação dos elevados investimentos nele aplicados.

Em termos regionais, a denominada pesca industrial apresenta peculiaridades, pois, enquanto nas regiões Norte e Nordeste o parque industrial volta-se quase que exclusivamente para a linha de congelados, visando o mercado externo, as regiões Sul e Sudeste direcionam sua infraestrutura para a produção de conservas e resfriados,

destinando-se, na sua maior parte, ao mercado de consumo interno.

Essas peculiaridades devem-se principalmente ao fato de que as espécies ocorrentes na região Norte/Nordeste, apesar de não apresentarem grande abundância, são consideradas produtos nobres, alcançando, desta forma uma alta cotação no mercado internacional, ficando, assim, fora do alcance da maioria da população brasileira, que possui um dos níveis de renda mais baixos do mundo. São exemplos desses recursos: camarão, lagosta e pargo.

As espécies exploradas nas regiões Sul/Sudeste, ao contrário das anteriores, possuem grande abundância e baixo valor unitário de comercialização. Como principal representante dessa categoria, temos a sardinha verdadeira (*sardinella brasilienses*), responsável por boa parte da produção de pescado destinada à indústria de enlatados.

O sub-setor, denominado pesca artesanal, enquanto atividade produtiva, apresenta as seguintes características: produção não seletiva, isto é, o esforço de pesca em sua maior parte, não se concentra sobre uma única espécie; dependência da cadeia de intermediação (atravessadores); fragmentação do processo produtivo ocasionado pela dispersão dos centros produtores por toda extensão da costa brasileira; estrutura organizativa fundamentada na célula familiar; simplicidade tecnológica, com predomínio do

trabalho humano em detrimento ao trabalho mecanizado, caracterizando essa, como uma atividade que se insere de forma particular no contexto do modo de produção capitalista, exigindo por isso mesmo uma maior compreensão do seu funcionamento.

A essa altura, uma analogia entre esses dois modos de produção pesqueira se faz necessário para visualizarmos sócio-economicamente a posição de cada um dentro do contexto geral.

Segundo estudos técnicos realizados pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro - PDP, o potencial da pesca extrativa (marinha e estuarina), dentro de uma faixa denominada Zona Fótica (até 200 metros de profundidade), é estimado em torno de 1.400.000 a 1.700.000 t/ano. Entretanto, a atividade pesqueira vem gerando um volume médio aproximado de 865.000 t/ano, sendo que deste, 655.000 t/ano são originários da pesca marinha/ estuarina e o restante, da captura realizada em águas interiores. (2)

Dentro desse contexto, a denominada pesca artesanal (objeto de estudo do trabalho), possui um papel de extrema importância, visto que, segundo dados do Registro Geral da Pesca da SUDEPE (atual IBAMA), do total de 16.500

(2) PDP - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro - dados referentes à produção de 1984 a 1986.

embarcações que praticam a pesca em águas brasileiras, cerca de 14.800, são de pequeno porte (menos de 20 TAB), portanto operadas pelo sub-setor pesca artesanal.(3)

Baseada fundamentalmente na força de trabalho humano e não em aparatos tecnológicos mais mecanizados, a pesca artesanal é responsável pela maior taxa de ocupação da mão-de-obra do setor, dos 800.000 empregos diretos gerados pelo mesmo, aproximadamente 500.000 estão relacionados ao artesanato pesqueiro.

Estima-se ainda que a pesca artesanal é responsável por mais de 50% da produção total de pescado desembarcado. (Anexo II)

Esses dados são significativos para entendermos a importância econômica da atividade e, conseqüentemente, consubstanciar uma reflexão sobre sua importância social.

A pesca artesanal realizada no litoral nordestino, apresenta características comuns à região, porém a biodiversidade das águas intertropicais, a variedade cultural das comunidades pesqueiras, as diferenciações na plataforma continental (área de atuação da pesca artesanal) do sul da Bahia ao extremo norte do Estado do Maranhão, geram especificidades no que tange aos métodos empregados

(3) Associação de Engenheiros de Pesca do Ceará - V Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca - 26 a 31 de julho de 1987. Fortaleza, dez/88.

nas capturas dos diversos recursos marinhos e estuarinos encontrados na região.

No caso do Estado do Ceará, a pesca artesanal tem voltado seu esforço de pesca para a exploração da lagosta, sendo que em algumas comunidades a intensidade desse direcionamento é mais forte que em outras.

A lagosta capturada nas costas do litoral cearense, é representada por duas espécies: *panulirus argus* (lagosta vermelha) e *panulirus laevicauda* (lagosta verde). Registra-se também a ocorrência, em menor escala, da lagosta sapateira, representada pelas espécies *scyllarides brasilienses* e *scyllarides deceptor*.

Quanto aos métodos utilizados na captura do crustáceo no Estado do Ceará, observa-se a ocorrência de três tipos: manzuá (covo), caçoeira (rede de espera) e pesca de compressor.

O entendimento de como o setor produtivo da pesca chegou ao estado de estagnação em que se encontra, passa necessariamente por um resgate histórico da política implementada pelo poder público para com o mesmo.

O primeiro regulamento da pesca no Brasil, segundo Guedes (4), data de 1989, quando o Capitão dos Portos do Rio

(4) GUEDES, Ma. de Lisieux A. *Colônias de Pescadores: Organizações Corporativas ou Entidades Representativas da classe?* Univ. de Brasília, 1984. p. 5.

de Janeiro, Capitão de Fragata Julio César de Noronha apresentou ao Governo, o referido documento. A pesca que até então era subordinada ao Ministério da Marinha, em 1912 é transferida para o Ministério da Agricultura, para em 1929 retornar à alçada do primeiro.

É justamente neste ano que se dá, o que podemos definir como o marco histórico da organização da pesca no Brasil, que foi a Missão do Cruzador José Bonifácio. Percorrendo toda a costa, do Cabo Orange ao Chui, essa expedição que durou quatro anos, baseava-se nos seguintes pontos;

1. "o pescador é um valioso instrumento para a defesa nacional" - "desenvolvendo as indústrias de pesca, criamos entre nós esse material precioso, que nada nos custará na paz e nos será de grande utilidade em caso de guerra. São reservas de homens e barcos que se articularão ao mecanismo bélico do país".
2. "A imensidade da costa do Brasil reclama uma forte defesa naval, cuja integral realização escapa aos nossos recursos financeiros. A organização da pesca e outras indústrias marítimas, nos facilitará economicamente essa defesa".
3. "Possuimos uma grande população litorânea, mais de um milhão de brasileiros que vivem da pesca em nosso país, dos quais cem mil bravos marujos estão matriculados nas Capitâncias dos Portos e cuja folha de serviços à nação, na

paz e na guerra, é considerável, tornando-os merecedores da atenção do amparo do Estado".

A medida que a missão percorria a costa, foram sendo fundadas entidades que seriam: "Um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar (grifo nosso) do Governo da República; seria um centro de orientação técnica e profissional; um núcleo de vigilância da costa e de defesa nacional, facilmente mobilizável, de instrução e educação cívica; num posto de fiscalização da pesca - defesa da fauna e da flora aquáticas e dos processos de trabalho em nossas águas". (5)

Os chamados "pontos de apoio" a que se refere a citação, eram as Colônias de Pescadores, organizações corporativas que até hoje guardam dentro de si traços ideológicos referentes à cultura militarista em que surgiram; a hierarquização de suas estruturas, onde o presidente da colônia em geral é pessoa vista com bons olhos pelo poder público, sendo que muitas vezes não o é pelo menos pescador.

Muitos pescadores, principalmente os mais idosos, ainda se consideram um militar em potencial, parte integrante do que foi denominado "valioso instrumento para a defesa nacional".

(5) GUEDES, *op. cit.* p.

O atrelamento do setor pesqueiro ao Estado vai mais longe, na medida que o presidente da Confederação dos Pescadores do Brasil, fundada a 10 de agosto de 1922, entidade hierarquicamente superior às colônias, é pessoa da confiança do Ministro da Agricultura e por este indicada.

As Colônias de Pescadores, no total 312, espalhadas pelo litoral brasileiro, possuem em seus quadros 240.000 pescadores associados e 160.000 não associados. (6)

Diante desses dados, acrescido à estatística do PDF, de que o número total de trabalhadores que exercem sua atividade no setor pesqueiro é de 800.000, podemos observar grande desinteresse dos pescadores para com essas entidades, fato que pode estar relacionado com a condição de organizações contraditórias, que estas possuem, visto que, devido às condições inerentes a sua própria natureza, as colônias, ao mesmo tempo que se intitulam órgãos de representação de pescadores, também podem ser enquadradas na categoria de aparelhos do Estado, administrando dessa forma interesses conflitantes, em que a supremacia política de atrelamento e dominação de classe do Estado predomina, em detrimento à organização classista dos trabalhadores.

(6) Associação dos Engenheiros de Pesca/Ce. Manual de Pesca. Fortaleza, 1987.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado e que se originou da missão de 1919, é a visão assistencialista incutida nas colônias de pescadores que vai marcar a relação com o Estado, e que foi mais enfatizada a partir do governo Vargas (1930/45).

O assistencialismo caracterizava-se, na época, como uma das estratégias do governo Vargas, que tinham por finalidade a cooptação das entidades sindicais. Afirma Guedes (7): "A formulação dessas políticas sociais no campo da saúde, assistência previdenciária e social, tiveram como presença marcante, D. Darcy Vargas". Visão assistencialista que ainda predomina na maioria das colônias, como resultante da imposição legal e política originária da década de 30.

O assistencialismo nas comunidades litorâneas da região nordeste, incrementou-se a partir da década de 40 com a criação do Plano de Assistência e Amparo ao Pescador Nordestino.

Porém, foi a partir da década de 60, com o início da expansão do capitalismo a nível mundial e a crescente participação do sub-setor industrial da pesca, que até então atuava de forma incipiente, que aprimorou-se a discussão do papel do Estado no setor pesqueiro.

(7) GUEDES, *op. cit.* p. 9.

Em 1961 foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CONDEPE), que tinha como principal plano de ação o Programa de Emergência para o Desenvolvimento da Pesca no Brasil. Este possuía plenos poderes, como a concessão de isenções fiscais de estímulo à criação de novas indústrias, ampliação da frota pesqueira e desenvolvimento da estrutura já existente.

A consequência da implementação dessa política, foi o crescimento desordenado do setor, principalmente do sub-setor pesca industrial, ao qual era destinado os recursos do programa.

O CONDEPE, foi extinto um ano depois, e em seu lugar foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE - Lei Delegada no. 10, de 11/10/62), Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura.

A ordem mundial vigente à época, ainda alardeava a entrada do capital nos ditos "países em desenvolvimento" e, definido este modelo, acentuou-se a política de incentivos governamentais para a implantação do parque industrial brasileiro, incluindo-se neste, o Parque Industrial Pesqueiro.

O Decreto-Lei 221/67 veio normalizar no âmbito legal esta política que tinha por objetivo "industrializar" e "modernizar" o setor pesqueiro, direcionando sua produção ao mercado externo.

Esta foi a fase áurea da Pesca Industrial, visto que as empresas poderiam explorar recursos praticamente intocados, de alta cotação no mercado e o que é mais importante, sem qualquer risco, pois o Estado, através dos incentivos (subsídios e empréstimos a juros perdidos), eliminava a característica fundamental desse setor, que é justamente o alto risco.

Consequentemente, houve uma concentração do esforço de pesca, sobre as populações de espécies destinadas ao mercado internacional, como o pargo, camarão (*Litopenaeus setiferus*, *penaeus* sp.), lagosta (*Paralithys argus*, *p. laevi cauda*) e piramutaba (*Bractrayplatystoma vaillantii*). Os empresários do setor, confortavelmente amparados pelo Estado, eram duplamente remunerados, na medida em que a alta cotação dos produtos e a política de subsídios e empréstimos a fundo perdido, mascaravam a relação entre custos e receitas das empresas.

Quanto aos estoques, estes sofreram uma redução a níveis alarmantes, ocasionando uma diminuição no índice de captura por unidade de esforço, nas espécies onde se concentram as capturas, apesar do aumento da frota pesqueira.

Enquanto isso, o sub-setor pesca artesanal permaneceu relegado ao segundo plano, o que era de se esperar, pois dentro da lógica capitalista de produção não

há interesse de se investir em atividades produtivas incapazes de atrair, reproduzir e, principalmente, acumular capital, como é o caso da pesca artesanal.

Contudo, a classe dominante precisava legitimar-se politicamente com o sub-setor em questão, e para isso, foram criados programas, entre os quais se destacou o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART) que, na prática, significou uma adaptação para a nova realidade da tão conhecida prática assistencialista e do domínio do Estado sobre a organização da pesca artesanal.

Uma questão que colaborou de forma contundente para o fracasso dessas iniciativas, além da crise em que mergulhava a economia mundial a partir da década de 80, foi o fato de que as ações de tais programas eram impostas às comunidades pesqueiras de forma autoritária, os planos de ação eram (e ainda o são), elaborados em gabinetes, onde geralmente as especificidades de cada região não eram levadas em consideração.

A extensão pesqueira, implementada por esses projetos, possuíam como principal característica a unilateralidade de suas ações, onde o extensionista tentava pôr em ordem a "organização" dos pescadores, através da Colônia de Pescadores local.

Nesse contexto, os pescadores se caracterizam como um agente passivo, cuja única função que possui é a de

assimilar a orientação do extensionista.

Em 1989, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, foram fundidos para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Tão extensa quanto a sua denominação, eram as atribuições que o novo órgão passou a acumular, ficando sob sua jurisdição, a fiscalização de atividades relacionadas à extração, comercialização e transformação de recursos naturais renováveis (organismos aquáticos, árvores nativas, animais silvestres) em todo território nacional, administração de parques nacionais e reservas ecológicas e outras. Esse incremento das funções do órgão, não foi subsidiada com uma reestruturação que viesse a dar condições para que o mesmo desempenhasse a contento as atribuições que lhe foram dadas, a falta de recursos humanos e materiais ainda se faz constante e a atuação do órgão é direcionada muito mais por denúncias que o mesmo recebe, do que por um planejamento pré-estabelecido.

Como vimos, essa total dissonância entre as medidas tomadas pelo poder público e a real limitação do potencial de nossos recursos, gerou uma discrepância entre o discurso e a prática. No caso do setor pesqueiro, este não se desenvolveu, mas sim, inchou, pois a euforia dos primeiros anos de exploração, foi substituída por uma

retração, causada pela queda vertiginosa da captura de espécies sobre-exploradas.

Nesse contexto a pesca artesanal, relegada a um segundo plano, teve de se adaptar à nova realidade, precisando para isto melhorar sua eficiência, surgindo, dessa forma, as práticas de captura com caçoeiras e compressores, visto que, segundo os pescadores que utilizam esses métodos, essa era a única forma que encontraram para sobreviver.

A legalização que regulamenta a pesca da lagosta em território brasileiro (Portaria no. 07-N de 14 de janeiro de 1992), da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dentre várias medidas, restringe a captura da lagosta apenas ao manzuá.

A seguir, destacamos alguns pontos da legislação vigente:

Art. 1o. Proibir a captura, o desembarque, a conservação e o beneficiamento, o transporte, a industrialização, a comercialização e a exportação, sob qualquer forma e em qualquer local, de lagosta das espécies *Panulirus argus* (lagosta vermelha) e *P. laevicauda* (lagosta cabo-verde), de comprimentos inferiores aos estabelecidos no quadro a seguir:

Espécies	Comprimento	Comprimento
	de cauda (cm)	Cefalotórax (cm)
Lagosta vermelha	13,0	7,0
Lagosta cabo-verde	11,0	6,0

Art. 4o. Permitir a captura de lagosta somente com o emprego de manzuás ou covos, cuja malha tenha espaçamento mínimo de 5 cm (cinco centímetros) entre nós.

Parágrafo Primeiro - As embarcações lagosteiras não poderão conduzir ou guardar redes de arrasto, de cerco ou de emalhar (caçoeira), bem como ficam proibidas de portar qualquer tipo de aparelho de ar comprimido, adaptado para a pesca de mergulho.

Fica dessa forma, bastante claro, que do ponto de vista legal, a utilização de qualquer arte de pesca ou método de captura que não seja o manzuá, é considerada uma prática possível de repreensão pelo órgão fiscalizador da pesca, no caso o IBAMA. As sanções impostas aos infratores vão desde revogação de licença, permissão de pesca (Art. 8o.), pagamento de indenização, tendo como base o triplo do valor venal do produto do mercado local (Art. 9o. - § único), a apreensão do material utilizado na captura (caçoeiras, compressores, etc.) e do produto das pescarias (Art. 11o.).

Porém, a prática da captura com a utilização de caçoeiras e compressores, é utilizada em larga escala pelos pescadores, que segundo eles, é a única maneira que encontram para poder competir com as grandes embarcações.

3.2. Tipos de Embarcações

3.2.1. Botes Motorizados

Os botes motorizados medem cerca de 10 metros, são confeccionados em madeira, dotados de uma pequena cabine localizada próximo à proa ou popa da embarcação. Os motores usados por essa categoria são de baixa potência, em torno de 50Hp, do ciclo Diesel e na maioria dos casos, em precário estado de conservação, devido às longas jornadas de trabalho a que são submetidos e à falta de manutenção adequada.

Em Redonda, existem 13 embarcações que enquadram-se nessa categoria, sendo que 4 (quatro) são de propriedade de uma mesma pessoa.

Segundo informações obtidas na comunidade, as embarcações desse tipo exercem a captura da lagosta, utilizando de forma alternada ou simultânea, a caçoeira e/ou manzuás, sendo a escolha de um tipo em detrimento do outro, ou a utilização simultânea, determinada por diversos fatores, como: época do ano, local de captura, ausência de

fiscalização, condições financeiras do proprietário e outras.

Embarcações semelhantes a estas são utilizadas na captura de lagosta, por mergulho, com o auxílio do compressor.

3.2.2. Botes à vela

Os botes à vela constituem-se do tipo mais adotado pelos pescadores da comunidade, sendo 120 o número de embarcações dessa categoria que a comunidade possui. Seu comprimento varia de 6 a 8 metros, são confeccionadas nos pequenos estaleiros da região, em madeira originária de outras localidades (Aracati e Mossoró). O mastro situa-se um pouco avante da meia nau em um ponto fixo e apenas a posição da vela muda com o vento; quanto à cobertura do bojo da embarcação, é do tipo convés fechado, com uma ou duas escotilhas que dão acesso ao porão onde são guardados os aparelhos de pesca (no caso caçoeiras, linhas e anzóis), iscas, rancho (água potável, alimentação, cigarros e bebidas), o pescado capturado e em casos de "pesca de dormida" serve de alojamento para a tripulação, que em geral é de dois a três pescadores.

Possui quilha estreita, porém essa vai da proa à popa da embarcação, unindo, terminando no calço do leme. É

considerada pelos pescadores locais como a melhor embarcação existente na comunidade, principalmente se comparada às jangadas, consideradas por eles como muito frágil e bastante desconfortável.

A arte de pesca mais utilizada por essas embarcações para a captura de lagosta, é a caçoeira, sendo rara a utilização de manzuás (covos), muito por conta da limitação do número que estas podem transportar, o que afeta diretamente o "poder de pesca" das mesmas.

3.2.3. Jangadas e outros

Apesar de possuírem características incomuns, esses tipos de embarcações - jangadas, paquetes e catraias - foram incluídos na mesma categoria, por serem consideradas como uma espécie de "frota" de apoio à pesca, sendo raramente utilizadas nas fainas de captura, o uso mais comum dessas embarcações, é o de guarnecer as outras com o rancho, artes de pesca, tripulação e, no caso dos botes motorizados com o combustível, já que estes ficam fundeados na enseada e são puxados à terra apenas em casos de manutenção ou quando são desativados.

A jangada é a embarcação artesanal mais comum do Estado do Ceará, sendo utilizada em larga escala por toda a costa, exceto nos extremos do litoral (Almofala e Icapuí),

onde a utilização de botes à vela (canao) se faz predominante. Redonda possui apenas 3 embarcações desse tipo, que possuem as seguintes características: comprimento em torno de 5 metros, estrutura confeccionada em madeira forrada internamente com isopor, casco de forma achatada com uma escotilha de acesso ao seu interior, situada a meia nau, duas velas, uma maior fixada por um mastro vertical e uma estrutura horizontal, denominada tranca, uma vela menor na proa, denominada "vela de estais", caixa isotérmica com 0,5 metros cúbicos de capacidade e um leme na popa.

A catraia possui a mesma estrutura da jangada, no que se refere ao casco, porém não possui vela ou leme e são bem menores, atingindo ao máximo, três metros de comprimento. As catraias encontradas em Redonda, além de servirem de apoio às outras embarcações, são utilizadas nas chamadas pescarias de terra (próximo à costa). Já o pacote possui a mesma estrutura da jangada possuindo, inclusive, vela, porém são menores e desprovidas de caixa térmica.

3.3. Tipos de Pescaria

3.3.1. Pesca de Covo ou Manzuá

O covo (manzuá), consiste de uma arte de pesca do tipo armadilha, de formato hexagonal, com uma armação

(marmeleiro), revestida por tela de nylon (No. 50) ou arame (No. 18). Em seu interior estão dispostos em vértices opostos, dois pesos (pedras), que possuem a função de dispor a mesma em posição horizontal, de forma que a abertura situada na fase anterior (sanga), fique próxima ao substrato, facilitando, dessa forma, a apreensão do crustáceo.

De acordo com o artigo 4o. da nova Portaria da lagosta (No. 07-N) de 16 de janeiro de 1992, é permitido a captura de lagosta somente com o emprego de manzuás ou covos, cuja malha tenha espaçamento mínimo de 5cm entre nós.

A captura de lagosta realizada através de manzuás, segundo pescadores locais, é realizada em águas de 30 a 50 metros de profundidade, tanto por botes a motor quanto por veleiros, porém a utilização desse método é mais comum nas embarcações da primeira categoria, pois segundo eles, a pesca de manzuá em veleiros não é muito lucrativa, visto que a capacidade limitada que estas embarcações possuem para transportar a pesca, aliada ao custo por unidade em torno de Cr\$ 15.000 (maio/1992) e o curto período de vida útil (3 a 6 meses), faz com que a maioria das embarcações não o utilizem.

O procedimento dessa pescaria, consiste em iscar os manzuás, com cabeça de bagre (piramutaba *Bacachyptystoma vaillantii*), provenientes da região amazônica e fornecidas

por empresas locais ou intermediários, lançá-los ao mar, nas áreas pré-estabelecidas onde ocorra uma maior concentração de lagostas e deixá-los submersos por um intervalo de 24 horas aproximadamente, quando então, são içados manualmente para bordo, as lagostas e fauna acompanhante são retiradas da armadilha, esta é novamente iscada e retorna ao mar, reiniciando dessa forma o procedimento.

Dentre a fauna acompanhante dessa pescaria, as espécies mais comuns são peixes carnívoros, como: biquara (*Chaemulon plumiere*) e o cangulo (*baliste vetula*). Outra espécie que compõe a fauna, acompanhante da lagosta, é o polvo (molusco da ordem octopoda). Este, por sinal, é considerado pelos pescadores um voraz predador de lagosta.

3.3.2. Pesca de Caçoeira

Utilizada em larga escala por todo o litoral cearense na captura da lagosta, a caçoeira, arte de pesca passiva, é uma armadilha constituída de uma panagem de aproximadamente 80 metros de comprimento por 2,0 metros de altura, que captura o recurso por emalramento, isto é, a lagosta ao esbarrar na rede de espera, tende a se fixar às malhas da mesma. No caso da lagosta, a probabilidade de escape torna-se mais difícil, pois as inúmeras protuberâncias (espinhos) que a lagosta (*P. argus*, *P.*

laevicauda) possui e seus apêndices locomotores, dificultam a sua liberação.

A panagem da rede de espera ou caçoeira, é confeccionada em fibra sintética, geralmente fio de nylon multifilamentar 210/12, sendo que na parte superior da rede encontra-se a tralha das bóias e na inferior, a tralha das chumbadas, sendo que estas duas reponsáveis pela disposição da mesma em relação ao substrato. O espaçamento da malha varia de 5 a 7cm entre nós e possui ainda uma fateixa que tem a finalidade de fixá-la ao substrato e um sistema de sinalização denominado bulandeira.

As caçoeiras utilizadas pelos pescadores na comunidade em questão, são adquiridas em cidades próximas (Aracati e Mossoró) e adaptadas para a captura próximo ao substrato (rede de espera de fundo) pelos próprios pescadores.

A utilização dessa arte de pesca é simples e se procede da seguinte forma: as embarcações guarnecidas com as caçoeiras, dirigem-se aos pesqueiros (locais onde há uma maior ocorrência de lagostas), onde a armadilha é cuidadosamente lançada ao mar, sempre evitando que a mesma enrole.

Após esse procedimento, uma extremidade é fixada à embarcação por meio de um cabo de fibra sintética ficando a outra extremidade, livre. A duração da pescaria varia muito,

dependendo em boa parte da captura de cada lance, sendo este de 12 a 24 horas. Após o recolhimento da caçoeira, as lagostas são colocadas em recipientes ou sacos e acondicionadas no porão das embarcações (botes à vela ou motorizados).

3.3.3. Pesca de Compressor

A captura da lagosta com o auxílio de aparelhos de ar comprimido, devidamente adaptados para esta finalidade, mais conhecida como pesca de compressor, é a mais recente inovação tecnológica da pesca do crustáceo realizada no litoral nordestino e as informações sobre essa prática são escassas, muito por conta da condição de ilegalidade, como estabelece a Portaria No. 07-N (art. 4o. § 1o) e da pouca tradição da mesma.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores de Icapuí, foi no final da década de setenta e início da década de oitenta, que se deram as primeiras experiências com os compressores, sendo esta atividade originária do Estado do Rio Grande do Norte.

(8) Termo originário do substantivo *escafandrista* - mergulhador que usa o *escafandro*, aparelho de imersão à grande profundidade.

O equipamento utilizado pelos "cafangistas" (B), denominação dada pelos pescadores que não utilizam desta técnica para os mergulhadores, é formado por um pequeno compressor semelhante aos que são utilizados em oficinas mecânicas, adaptado para a função a que vai ser destinado. Essa adaptação consiste em se utilizar um botijão de gás de cozinha (butano), com reservatório de ar comprimido, que segundo os cafrangistas (mergulhadores), comporta uma maior quantidade de ar, sendo que na boca do bujão é acoplado a uma válvula e nesta, um manômetro. Ligados a esse sistema, temos uma mangueira de ar, cuja extremidade termina em uma peça de metal com formato cilíndrico, que por sua vez, distribui o ar para outras duas mangueiras, que vai fornecê-lo aos mergulhadores.

O equipamento pessoal do mergulhador resume-se a um cinturão com pesos de chumbos, geralmente de fabricação artesanal, nadadeiras (pés de pato), máscara de borracha e um respirador (válvula de 2o. estágio).

A captura do crustáceo é realizada de diversas formas: com o auxílio de um bicheiro (anzol No. 1 ou prego retorcido preso a um pedaço de cabo de vassoura) ou manualmente. A primeira, até há algum tempo era utilizada na maior parte dos casos, porém a exigência por parte dos compradores de que a lagosta fosse comercializada ainda viva e sem nenhum tipo de ferimento, fez com que fosse

substituído pela captura manual. As lagostas capturadas são introduzidas em sacos de algodão, fibra vegetal ou redes de nylon e na medida que estes são completados, o mergulhador sobe à superfície, embarca o crustáceo e retorna para a captura. Em alguns casos, utiliza-se o mangote (espécie de tarrafa), para capturar os crustáceos.

As condições de trabalho são as piores possíveis, o aparelho de ar comprimido em geral está em precário estado de conservação e em alguns casos, o óleo lubrificante do mesmo mistura-se ao ar que vai ser consumido pelos mergulhadores, que por sua vez, desconhecem regras básicas de mergulho, como a compensação de pressão, o tempo máximo de permanência submersos e procedimentos de primeiros socorros em casos de acidentes que, por sinal, não são raros.

O uso de bebidas alcoólicas para combater o frio e o medo, é bastante difundido, o que torna a situação ainda mais grave, já que, dependendo da época, estes passam várias horas por dia dentro d'água. Especula-se também o uso da maconha (*Cannabis sativa*), entre os mergulhadores.

3.4. Estrutura Organizacional e Relações de Trabalho⁽⁹⁾

A organização da comunidade é baseada na estrutura da Associação dos Moradores de Redonda, com sede no Centro Comunitário Monsenhor Diomedes. O prédio construído, com o apoio da Prefeitura Municipal de Icapuí, abriga um posto de pesca (projeto jangadeiro) e um posto do PROBAL (Programa Brasileiro de Alimentos), além de uma pequena fábrica de gelo em barras, que funcionou por curto período estando, no momento, fora de atividade devido a uma avaria no sistema de refrigeração.

As decisões são tomadas em assembléia dos moradores, sendo que por essa passam os mais diversos temas, como: venda de casas e terrenos para pessoas estranhas à comunidade, até problemas relacionados à pesca.

Ao contrário do que ocorre com a Associação de Moradores, que é respaldada pela comunidade, a Colônia de Pescadores de Icapuí (Z-17), é vista com uma certa indiferença e sua inserção entre os pescadores locais, é limitada.

Esta situação está relacionada ao fato de que enquanto a primeira (Associação dos Moradores de Redonda)

(9) As informações deste item foram coletadas através de entrevistas e observações na pesquisa direta.

surgiu da necessidade que a comunidade sentia de se organizar de forma mais atuante para dar respostas a problemas por que passava, como caso da pesca de compressor, a Colônia de Pescadores, criada em abril de 1988, não conseguia romper com os seus limites, frutos da condição de entidades distantes da realidade concreta vivenciada pelos pescadores e suas famílias.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores, o acentuado "espírito gregário" que caracteriza a comunidade, antecede a qualquer trabalho político-organizativo já realizado em Redonda.

Essa característica faz com que Redonda seja vista por outras comunidades de pescadores, como "arredia" e, conseqüentemente, difícil de se relacionar. Outra questão interessante, relacionada com o que denominamos "espírito gregário", é a forma como os seus moradores se expressam, com a predominância do "nós", em detrimento ao "eu", caracterizando, desta forma, o sentido de coletividade dado às ações praticadas pelos mesmos.

A Prefeitura Municipal de Icapui, administrada pelo Partido dos Trabalhadores desde 1985, teve participação considerável na estruturação da Associação dos Moradores e atualmente, a comunidade tem como Vice-Prefeito, um de seus membros, além de um vereador.

Apesar de possuir uma organização que a destaca das demais comunidades, Redonda enfrenta problemas comuns a outras, onde a pesca artesanal é a principal atividade de seus habitantes.

Na pesca, as relações de trabalho, em alguns momentos, tornam-se tensas e conflituosas. Essa condição em boa parte é gerada pela dependência dos pescadores para com os intermediários ou marchantes, como são mais conhecidos.

A relação pescador x marchante se consolida da seguinte forma: os marchantes fornecem aos pescadores os insumos necessários à pesca e, em contrapartida, tomam para si o direito de adquirir toda a produção dos mesmos. É importante destacar que estas relações não se dão de forma estática, isto é, existem variações influenciadas por uma série de fatores, porém, em sua forma tradicional, a exploração a que são submetidos os pescadores, fazem destes, eternos devedores, visto que a parte a que têm direito, muitas vezes não é suficiente para custear despesas decorrentes do trabalho e sustento de suas famílias. Desta forma, os pescadores vêem-se obrigados a pedir um adiantamento que será contabilizado na próxima entrega de mercadoria.

Além da intermediação realizada por indivíduos, pertencentes ou não à comunidade, existe uma outra que vem crescendo de forma substancial. Esta é realizada por

empresas do setor que montam na comunidade postos para adquirir lagosta, ou enviam viaturas (caminhões), com a mesma finalidade.

O pressuposto de que essa atividade traria benefícios para o pescador, não condiz com a realidade, pois no momento da transação, o preço do produto continua desvalorizado, gerando insatisfação por parte dos pescadores.

As tripulações dos barcos são formadas por um mestre, que pode ou não ser o proprietário da embarcação. Das 374 famílias residentes em Redonda, 95 possuem ao menos uma embarcação, o que dá em torno de 25%. No caso em que o mestre é proprietário, este fica com a maior parte (50%) e a tripulação com o restante, dividida em partes iguais. Em alguns casos, o mestre-proprietário ainda recebe a sua parte como membro da tripulação reduzindo, desta forma, o percentual a que os demais têm direito.

Quando o proprietário da embarcação não é o pescador, isto é, não participa das pescarias, o mestre recebe cerca de 25% do apurado, o proprietário 50%, ficando os outros membros da tripulação com o restante (25%).

O grau de tensionamento entre os integrantes das tripulações, varia. Existem alguns mestres que são mais respeitados pelos pescadores, enquanto que outros não são vistos com bons olhos. Segundo os pescadores, o bom mestre é

aquele que trabalha, sem precisar ficar gritando a todo momento com a tripulação.

O ingresso à tripulação de uma embarcação, obedece certos critérios, que não necessariamente seguem a uma ordem de prioridade; em alguns casos, o critério é o parentesco, em outros, a experiência na função que o candidato irá exercer.

Esses fatores, aliados a outros de ordem estrutural, fazem dos pescadores, detentores de baixos níveis de renda; as péssimas condições de trabalho causam problemas de saúde, sendo as mais comuns: reumatismo, catarata, doenças de pele e hemorróida.

O ingresso de novos pescadores na atividade, geralmente é feito através da estrutura familiar, isto é, de pai para filho. Registra-se a presença de jovens entre 15 e 16 anos, fazendo parte dos tripulantes, aonde irão adquirir os conhecimentos básicos da atividade, como por exemplo: manejo e confecção das artes de pesca, localização das pesqueiras e orientação no mar. As duas últimas são feitas, principalmente, pela marcação visual de pontos geográficos que se sobressaem na costa (formação geológica do tipo barreiras, comuns na região) ou através da profundidade.

Esse repasse de saber realizado informalmente, é uma característica que marca a tradição cultural das comunidades de pescadores artesanais e se bem considerarmos,

é mais um subsídio para o sub-setor industrial, isto é, a quase totalidade dos pescadores embarcados em unidades das empresas do setor, adquirirão experiência da função, na educação informal do artesanato pesqueiro.

3.5. Tensões Sociais e Atuação Institucional

A virada da década de setenta para a seguinte (década de 80), marcou o início da pesca de compressor no município de Icapuí. Antes, as embarcações que operavam com o equipamento de ar comprimido, eram originárias de diversas localidades, como: Aracati, Parajuru, Beberibe (CE) e de municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

Porém, foi a partir de 1984 que a relação entre os pescadores de Redonda e os mergulhadores, começou a se tensionar. A princípio, as desavenças se resumiam na troca de insultos e acusações; de um lado, os pescadores acusavam os mergulhadores de roubo das lagostas e danos aos manzuás, já os mergulhadores, questionavam o direito de propriedade sobre o mar, que os pescadores diziam possuir, assim como a prática da pesca de caçoeira bastante utilizada por estes.

A situação atingiu o seu ponto crítico, em junho de 1989. Raimundo Bomfim, conhecido por Camundo, vereador da comunidade, relata: "Durante cinco anos, o pessoal sentiu o problema, dois anos foram à Imprensa e ao IBAMA, depois

desses dois anos, resolveram tomar uma atitude".

Na madrugada do dia 22, os habitantes de Redonda souberam, por intermédio de embarcações que retornavam das pescarias, que os cafangistas estavam mergulhando próximo à comunidade. As semanas que antecederam este fato, foram marcadas por um acirramento na tensão entre os grupos. Foi realizada uma rápida reunião, onde o problema foi discutido e foi tomada a decisão de tentar afastar o outro grupo das proximidades de Redonda.

"Nós tava aqui quando os barco chegaram avisando que tinha cafangista no mar, pegamo uma lancha (bote motorizado), quebramo as tranca e fomos atrás do barco, chegando lá teve até tiro, tomamo o barco e trouxemos para Redonda".

Um grupo de pescadores apoderou-se de um bote motorizado e partiu em busca da embarcação dos mergulhadores. O saldo do conflito foi a morte de um tripulante da embarcação dos "cafangistas", cinco feridos e a apreensão do barco Sônia Cristina II, pertencente à comunidade de Mutamba, distrito de Icapui. (Anexo 3)

"Tinha mais de mil pessoas na praia, mulher, menino, tudo com pedaço de pau na mão, arrastaram o barco até a praia e o negócio só não foi pior porque quando viram o pessoal tudo ferido, esfriaram".

Após o incidente aqui relatado, seguiram-se outros, envolvendo a polícia, a Justiça (através da Comarca de Aracati) e o IBAMA (na época, representado pelo Ouvidor-Geral, Dr. Renato Torrano).

A polícia abriu inquérito para apurar os fatos, porém a resposta dada à mesma, era que a atitude foi tomada pela população e o conflito foi provocado pelos "cafangistas".

A Justiça, através da Comarca de Aracati, determinou que a embarcação apreendida pelos pescadores fosse liberada (jornal O Povo, 26.06.89), porém, os pescadores da comunidade condicionaram a liberação do barco, a uma vistoria nas embarcações de Mutamba e Barrinha, a ser realizada pelo IBAMA, em conjunto com os mesmos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, na época do conflito estava em greve, reivindicando a estruturação do órgão, o que dificultou as negociações.

Já a Capitania dos Portos, não se manifestou, alegando que o caso estava fora de sua alçada.

A pesca predatória é, sem dúvida, um grande problema enfrentado pelo setor, porém, a própria compreensão do que é ou não predatório, o que deve ou não ser utilizado para se capturar um determinado recurso, é passível de ser encarado por mais variadas formas.

Resta, dessa maneira, algumas indagações: o pescador artesanal sabe qual método de captura é considerado predatório? Em caso afirmativo, por que ele utiliza esse método?

Em Redonda, essa discussão se insere no cotidiano do pescador local e embora muitos nem conheçam o significado do termo predatório, a maioria sabe que caçoeira e compresor não são equipamentos permitidos para a captura de lagosta e a justificativa para adoção desses métodos, é sempre direcionada pelo enfoque económico.

"Pesca de manzuá é muito cara e eu não tenho dinheiro prá comprar, e no meu barco só dá pra levar uns vinte, que quase não pega lagosta, não vale a pena não".

"Pesca de mergulho dá muito dinheiro, porque a gente não gasta dinheiro com isca, manzuá, com nada, é só descer e pegar lagosta".

Em uma análise dos porquês dessa questão, devemos levar em conta que o recurso para o qual se voltam os esforços dessas técnicas de captura, é a lagosta, produto de elevado valor comercial e que por esse motivo, é tão cobiçado. Além disso, as embarcações utilizadas na pesca artesanal (menos de 20 TBA) no litoral da região, não comportam a utilização de covos para a captura da lagosta, pois segundo os pescadores, a relação custo-benefício dessa arte de pesca, não é satisfatória, quando há lucro, este é

mínimo.

Fonteles Filho afirma que:

"O poder de pesca de embarcações que operam com aparelhos passivos, está relacionado, principalmente, com a quantidade destes, havendo logicamente uma relação direta entre tamanho da embarcação e número de aparelhos de pesca que a mesma pode conduzir, quer seja covos utilizados na pesca de lagosta, (grifo nosso), quer seja pescadores que operam com linhas de fundo na captura de pargo"(10)

Não é propósito desta discussão, fazer uma apologia à pesca artesanal nos moldes em que ela está estruturada, porém, se faz necessário, a compreensão do modo de agir e pensar do pescador artesanal, para que a reflexão acerca do assunto não se limite a uma visão etnocêntrica e, por isso mesmo, unilateral do problema.

O incremento na procura da lagosta acarretou mudanças no modo de vida dos habitantes dessas comunidades, em Redonda. Segundo informações fornecidas por pescadores mais idosos, essas transformações são mais visíveis no que se refere ao crescimento da comunidade. A partir do momento em que se intensificou a procura do crustáceo, houve um incremento no tamanho da população e, conseqüentemente, no número de embarcações.

(10) FONTELES FILHO, Antonio Adauto. Recursos Pesqueiros. *Biologia e Dinâmica Populacional*. Fort. IOCE, 1989, p. 140.

A própria dinâmica da comunidade, hoje, gira em torno da exploração da lagosta. As pescarias que antes eram de linha (pesca de anzol destinada à captura de peixes) e, na maioria dos casos, de "dormida" (duração maior que 24 horas), hoje são realizadas com outros apetrechos (manzuás e caçoeiras) e geralmente de "ir e vir" (retorno no mesmo dia da partida). Alguns pescadores lembram com uma certa nostalgia, os tempos em que o recurso (lagosta), era abundante.

"Antes tinha muita lagosta e não tinha essa ganância toda não, nós chegava com os bote e fazia um monte de lagosta na praia".

A afirmação de que existem duas comunidades em uma, não é absurda, se compararmos "a Redonda" da época da liberação da lagosta, com "a Redonda" do período de "defeso" ou "paradeiro", como são denominados os meses do ano em que a captura da lagosta é proibida (Portaria 07-N, art. 8o.), que dura de janeiro a abril.

Durante a pesca do crustáceo, a comunidade vive de forma intensa, o comércio local se abastece de gêneros alimentícios para prover as famílias dos pescadores que vêem o seu poder aquisitivo aumentar, cresce inclusive a venda de bebidas alcoólicas nas barracas de beira de praia. Em compensação, ocorre um aumento na evasão escolar, pois os filhos dos pescadores vão ao mar para participar das

pescarias, com o intuito de aumentar a renda da família; a mão-de-obra para outras atividades, como por exemplo a construção civil, torna-se mais cara, visto que todos desejam participar da exploração da lagosta, devido a possibilidade de aumentarem sua renda.

Durante o defeso, a situação se inverte, pois os pescadores se recusam a praticar a pesca de linha, alegam que o trabalho que dispendem nesse tipo de atividade é muito grande, se comparada à pesca da lagosta, enquanto que a remuneração oferecida por quilo de pescado capturado pelos atravessadores, é irrisória.

Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Saúde do Município de Icapuí, na pessoa de seu Secretário, durante o defeso, há um ligeiro aumento na mortalidade infantil, gerada pela descapitalização da comunidade.

Nesse contexto, as tensões sociais entre pescadores e "cafangistas", fazem com que a situação torne-se ainda mais preocupante, pois os pescadores encaram a pesca de compressor como principal responsável pela queda na produção de lagosta.

O IBAMA também alegava falta de estrutura para realizar a fiscalização, visto que não dispunha ao menos de embarcação para realizar a atividade e esta era feita quando algum empresário do setor cedia uma unidade de sua frota para realizá-la.

Segundo os pescadores, as ações implementadas pelo IBAMA a nível de fiscalização, eram injustas e desiguais, pois apenas pequenas embarcações à vela eram autuadas, enquanto os mergulhadores, em seus botes motorizados, agiam impunemente.

"Eu não entendo não, a fiscalização vem aqui pega tudo que é nosso e quando vê um barco de compressor, nem se mexe".

O fato do órgão não possuir condições apropriadas para realizar a fiscalização, em parte é responsável pela forma desigual no tratamento dado às partes envolvidas na questão, pois a falta de embarcação própria fazia com que o pescador artesanal que não dispunha de recursos, se tornasse mais vulnerável, visto que a caçoeira mesmo fora da embarcação, poderia ser apreendida. Quanto à apreensão das embarcações que utilizam compressores, está só poderá ser realizada se o barco for apanhado durante as pescarias e, segundo o IBAMA, estes, quando avistam as embarcações, fogem ou jogam os compressores ao mar, descaracterizando dessa forma o flagrante.

Outros fatores que causam essa situação são: a condição do órgão enquanto parte integrante do Estado, ficando, dessa forma, submetido às suas normas e à legislação pesqueira em vigor.

O pescador de Redonda, diante destes fatos, associa o IBAMA à repressão que, por sua vez, gera uma relação de desconfiança para com o órgão e dificulta qualquer tentativa de aproximação entre as partes. Durante a pesquisa de campo realizada junto à comunidade, tive a oportunidade de averiguar pessoalmente em que nível estava essa situação, pois, sendo estranho aos moradores da mesma, fui confundido com um funcionário do órgão. Somente então passei a entender a casua do tratamento que até então vinha recebendo dos pescadores de quem me aproximava.

Percebendo que essa estratégia de atuação não traria resultados, o órgão, através da Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação (DIRPED) e do Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste (CEPENE), lança para discussão, um projeto intitulado "Estudo Sócio-Econômico e Ambiental da Pesca de Lagostas no Nordeste do Brasil" (11), (Tamandaré - PE, Abril de 1992). Essa proposta, de cunho interdisciplinar, tem por objetivo "aprofundar o conhecimento sobre a pesca de lagosta com emprego de covos, caçoeira e mergulho e seus efeitos no ambiente e suas relações sócio-econômicas".

(11) IBAMA/DIRPED/CEPEME. *Estudo Sócio-Econômico e Ambiental da Pesca de Lagostas no Nordeste do Brasil. Proposta para discussão. Tamandaré/PE, 1992.*

Por outro lado, a característica de "bens comuns" dos recursos pesqueiros, faz do Estado gerenciador das atividades relacionadas à pesca, sendo este responsável pelas políticas a serem implementadas para o setor e a fiscalização das mesmas. Diante do exposto, vamos aqui analisar a atuação de órgãos públicos ligados à questão de Redonda, bem como a visão que os pescadores possuem com relação a cada um.

A Capitania dos Portos, com representação em Aracati, adotou uma postura que é classificada como no mínimo, prática, diante dos fatos ocorridos. A justificativa para tal procedimento era a de que pouca coisa poderia ser feita, pois a falta de estrutura para interceder na questão, impossibilitava esse procedimento. Outro argumento é o de que os fatos ocorridos não se enquadravam nas atribuições da mesma. Os pescadores, no entanto, alegam que a representação da Capitania de Aracati é conivente com a situação, se comparada a outras localizadas no Estado do Ceará.

O órgão mais diretamente ligado à questão e que possui dentre várias atribuições, a de fiscalizar a pesca, o IBAMA, durante o período em que ocorreram os conflitos, estava com as suas atividades paralizadas, devido a uma greve que reivindicava a estruturação do órgão, que ainda não tinha ocorrido desde a sua criação. Entretanto, a

repercussão dada ao fato ocorrido e sua gravidade, fizeram com que o mesmo fosse à comunidade, para tentar interferir na situação.

"Depois da confusão, apareceu um bocado de gente, o Dr. Torrano prometeu construir a delegacia e disse que o problema do compressor ia acabar, até hoje nós tamo esperando".

Os mergulhadores (cafangistas), alegam que não há condições, hoje, de realizar a pesca de método legal (manzuá), por conta dos altos custos que a mesma possui, como também encaram a atividade do mergulho como uma técnica mais "fácil" de se viabilizar a exploração da lagosta.

"A pesca de lagosta é muito difícil, a gente acorda às oito horas do dia, toma café e vai mergulhar".

"Desce dois lá pra baixo, chega no fundo, vai cada um prum lado e o que tiver de lagosta nós pega, se tiver 100, 200 ou 300, a gente pega tudo e não sobra uma".

Da parte dos pescadores da comunidade de Redonda, nota-se uma grande aversão a este tipo de atividade e, conseqüentemente, a quem a pratica. Os mergulhadores são vistos por estes como pessoas de má índole e relacionam os mesmos com o roubo da produção de seus manzuás e aos danos causados às artes de pesca.

Outro ponto que se insere na discussão, é o forte sentimento de territorialidade que a comunidade possui, com

relação aos pontos de pesca por eles utilizados. Essa característica, por si só, não é inerente apenas à Redonda. A pesca, enquanto atividade extremamente competitiva, faz com que o segredo dos locais de pescaria, onde se concentram os recursos a serem capturados, seja uma tradição. Contudo, nota-se que em Redonda, esse comportamento assume outra feição, na medida que a indignação dos pescadores se transforma em ação concreta gerando, dessa forma, a situação que culminou em conflitos.

É perceptível a relação existente entre a organização incomum que a comunidade possui e a sua forma de agir diante das situações. A forma de como os problemas que atingem a mesma são discutidos, acarreta um maior poder de implementação das decisões, pois a independência de classe que caracteriza essa organização, faz com que Redonda se torne menos susceptível a um controle por parte do Estado.

A Prefeitura Municipal de Icapuí, possui na comunidade uma forte base de apoio político, que sugere um respaldo dos moradores de Redonda para com a administração municipal. A relação amistosa entre os pescadores e a Prefeitura deve-se, em boa parte, à participação desta nas reivindicações da coletividade, implantação de projetos relativos à saúde e educação, como também por sua participação no processo de organização efetivado ali.

Com relação à pesca de compressor, a administração municipal possui a posição de ser contrária à atuação de mergulhadores no município, pois a mesma além de ser elemento gerador de conflitos, afeta diretamente à pesca, principal atividade econômica do mesmo. Sua atuação na problemática, antecede o conflito e resumia-se a tornar pública a situação entre pescadores e "cafangistas" e dar conhecimento dos fatos aos órgãos responsáveis pela questão.

Quando se deu o conflito, a Prefeitura atuou como intermediadora entre as partes, em uma tentativa de solucionar o problema.

4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Analisar a pesca artesanal, focalizando a questão das técnicas predatórias, suas causas e consequências na vida dos habitantes das comunidades litorâneas, torna-se uma tarefa das mais difíceis, visto que a complexidade de suas relações, que envolvem questões culturais, legais e sócio-econômicas, torna o assunto polêmico. A própria definição de "pesca artesanal", "pescadora artesanal" e "pesca predatória", são cercadas de interpretações dúbias.

Porém, a convivência com os Pescadores de Redonda, aliada ao conhecimento das problemáticas do setor, adquiridas ao longo do curso, permitiu-me chegar a algumas conclusões:

. a falta de informações a respeito das chamadas técnicas predatórias, seus efeitos sobre o recurso explorado e ao meio ambiente e sua inserção na cultura do pescador artesanal, deixa bem claro que pouco se sabe sobre o assunto e qualquer medida a ser tomada referente à questão, deve ser precedida de um profundo estudo de todos esses fatores;

. os conflitos ocorridos no litoral de Icapuí, se configuram como reflexo do abandono a que o sub-setor

artesanal foi submetido durante todos esses anos e a cada dia que passa tendem a se intensificar as tensões entre as partes envolvidas e o que, em 1989, se caracterizava como um fato isolado do litoral de Icapuí, hoje se alastra em quase todas as comunidades litorâneas do Estado;

. quanto à atuação dos órgãos envolvidos de forma mais direta com a questão, se faz urgente a reformulação de suas estratégias. A repressão a essas práticas não surtiu efeito e a própria falta de infra-estrutura básica, não permite que essa seja realizada de forma mais abrangente.

. a não existência de uma legislação específica que delimite as funções do IBAMA e Capitania dos Portos, gera um vácuo de atribuições que aumenta ainda mais a complexidade do problema;

. a Prefeitura Municipal de Icapuí, apesar de realizar um trabalho que se destaca, se comparada às demais do Estado do Ceará, principalmente nas Áreas de Saúde e Educação, não consegue se inserir de forma mais atuante no setor produtivo, principalmente a pesca, essa situação torna-se mais grave se lembrarmos que a pesca é a principal atividade econômica do Município;

. a atuação dos mergulhadores em Icapuí, contribuiu de forma preponderante para que a comunidade se aglutinasse em torno de uma entidade que desse respostas urgentes a esse e a outros problemas por ela vividos, o que

a Colônia de Pescadores não conseguia dar. Daí, a criação da Associação dos Moradores, que no meu entender, se constitui como um exemplo de que a revisão (ou negação) da atual estrutura organizativa baseada nas Colônias, é o ponto de partida para que a mudança deste estado de coisas torne-se viável;

. a aversão dos pescadores de Redonda à pesca de compressor, traz consigo vários aspectos: o sentido de territorialidade é muito forte entre os pescadores. Este fato é comum entre eles, que costumam "guardar" as áreas de pesca, ou pesqueiros, como estes as denominam, com um certo sentimento de propriedade e por si só, não justifica a ocorrência dos conflitos. Entretanto, a prática de pirataria que vem marcar a atuação dos mergulhadores, contribuiu de maneira substancial para que a situação chegasse ao ponto que culminou na violência;

. a descapitalização do pescador artesanal é, sem dúvida, um dos, senão o maior problema enfrentado por essas comunidades e interfere diretamente na sua cultura, suas práticas de pesca e relações de trabalho e familiares.

Sugestões

O litoral do município de Icapuí, com seus 64km de extensão, possui uma grande diversidade e em alguns casos, grande abundância de recursos marinhos de valor comercial.

No caso de Redonda, principal comunidade pesqueira do município, a dependência quase que exclusiva dos pescadores para com a exploração lagosteira, de forma alguma é benéfica e, tendo nisto, mais o fato de que a comunidade já possui uma organização funcional atuante, se torna perfeitamente viável a busca de alternativas para evitar os problemas inerentes ao período do defeso, neste caso a estrutura da Associação de Moradores seria a gestora do processo que sugiro, tenha na medida do possível, as seguintes etapas:

1. avaliação do real potencial produtivo da comunidade, tanto no que se refere à produção lagosteira, como a originária de pesca de linha (peixes e outros), além de estudos acerca de recursos ainda não explorados, como: algas marinhas, que por sinal ocorre em grande quantidade;
2. implantação de um sistema semelhante ao das cooperativas, porém com suas normas de atuação definidas pela comunidade, visando desta forma, resguardar sua independência de classe;
3. busca de financiamento em instituições nacionais voltadas para a questão, ou entidades estrangeiras, com os custos

financeiros desses empréstimos, compatíveis com a capacidade de pagamento da comunidade.

Para que esse processo obtenha êxito, é necessário a incorporação de corpo técnico especializado que oriente as ações, porém, tendo a clareza de que os resultados não serão imediatos e que as especificidades do local, como a cultura do pescador, tanto na forma de pensar quanto nos seus métodos de pesca, devem ser respeitados.

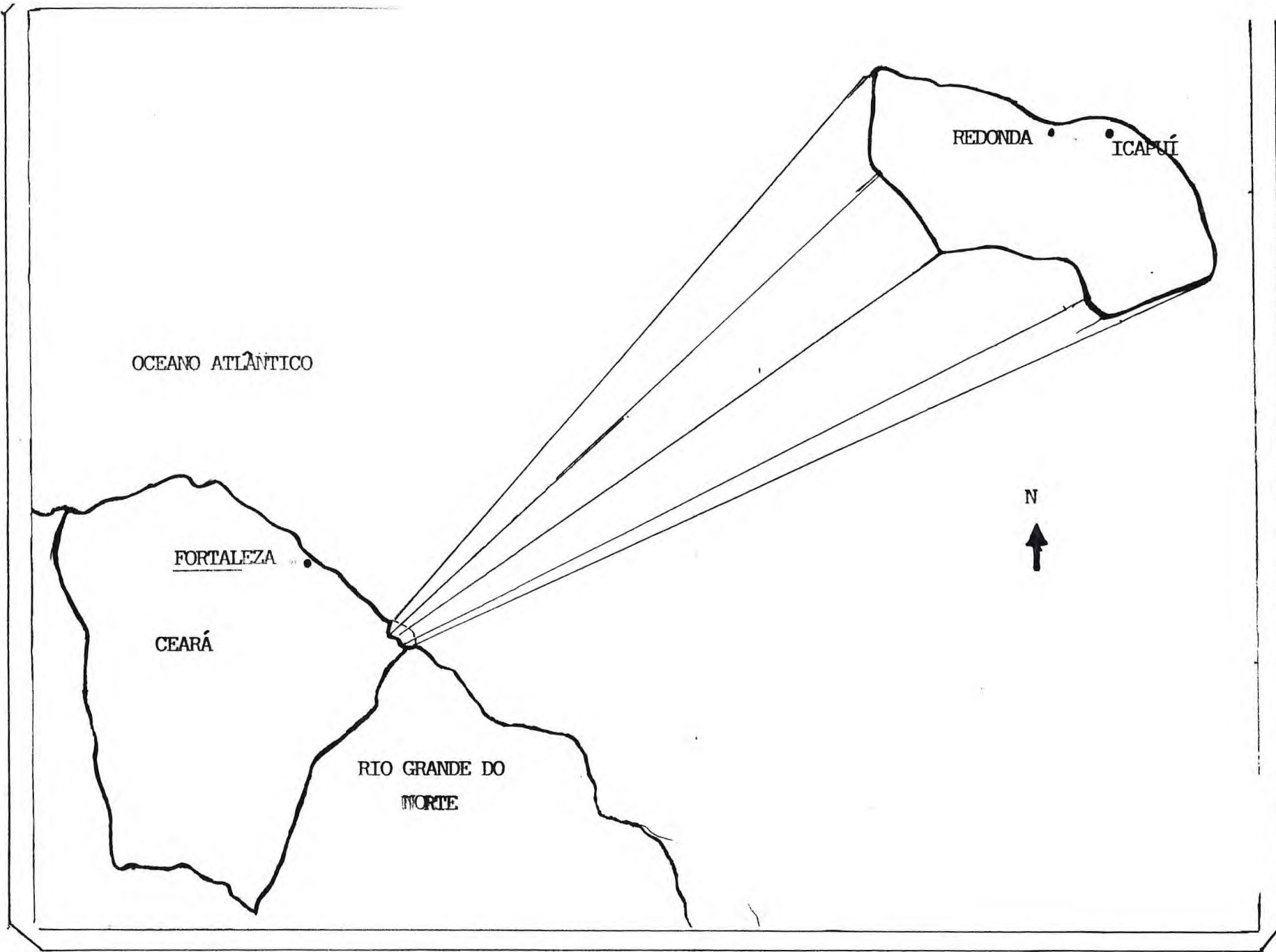
Enfim, deve ser baseado em uma "educação libertadora", onde a comunidade tenha plenos direitos de opinar e decidir sobre o que é ou não o melhor caminho a ser seguido.

5. BIBLIOGRAFIA

01. AEP/CE - Associação dos Engenheiros de Pesca do Estado do Ceará. V Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca. Anais. Fortaleza, 1988.
02. _____. Manual de Pesca. Fortaleza, 1987.
03. AEP/DF - Associação dos Engenheiros de Pesca do Distrito Federal. Pesca Nacional: é preciso mudar. Brasília, 1986.
04. AMMANN, Safirra Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. S.P., Cortez, 1987.
05. BID. Progresso Sócio-Econômico na América Latina. Recursos Naturais. W.T., 1983.
06. BRASIL. Diário Oficial da República. Secção I - 623. Portaria 07-N. Brasília, 17 de janeiro de 1992.
07. _____. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1987. Rio, 1988.
08. _____. IBGE. Estatística da Pesca - 1988. Rio, 1989.
09. IBAMA. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação. Estudo Sócio-Econômico e Ambiental da Pesca de Lagostas no Nordeste do Brasil. Proposta para discussão. Tamandaré/PE, 1992.

10. _____. SINE/CE. As condições de trabalho e as repercussões na vida e na saúde dos pescadores do Estado do Ceará. Fortaleza, 1987.
11. BRASIL, João Pompeu de S. Apontamentos para o Estudo do "Campepinato Pescador" Nordestino. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, vol. IV, n. 2, 1973.
12. CEARÁ. IPLANCE. Atlas do Ceará. Fortaleza, 1989.
13. FONTELES FILHO, Antonio Adauto. Administração dos Recursos de Pesca e Agricultura. Fortaleza, 1987.
14. _____. Recursos Pesqueiros: Biologia e Dinâmica Populacional. Fortaleza, IOCE, 1989.
15. FRANCO, Dário. Extensão Pesqueira e Colônias de Pescadores. PESCART/SUDEPE, 1980.
16. GUEDES, Maria de Lisieux. Colônias de Pescadores: Organizações Corporativistas ou Entidades Representativas de Classe? Brasília, UNB, 1984.
17. JORNAL "O POVO".
Artigo "Violência/Icapuí" - 23.06.89
Artigo "Pescadores" - 24.06.89
Artigo "Pescadores" - 27.06.89
18. MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do Mar. SP, Ática, 1986.
19. MELLO, Alex Fiúza de. A Pesca sob o Capital: a tecnologia a serviço da dominação. Belém, Ed. Universitária da UFPA, 1985.

20. MENDES CHAVES, L.G. Pesca Artesanal no Ceará. Revista Ciências Sociais. Fortaleza, vol. VI. no. 1 e 2, 1975.
21. PREFEITURA Municipal de Icapuí. Secretaria de Saúde Pública e Saneamento. Redonda, Icapuí, 1989.
22. RIBEIRO NETO, Neto. Das Águas às Colônias: Desafio dos Pescadores (o caso de Beberibe). Projeto de Tese ao Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento da UFC. Fortaleza, 1988.
23. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. SP, Cortez, 1983.
24. TAHIN, Elda Fontinele. Análise Sócio-Econômica da Pesca de Curral em Bitupitá, município de Barraquinha. Estado do Ceará - 1989. Tese de Graduação apresentada ao Departamento de Engenharia de Pesca da UFC. Fortaleza, 1990.
25. TELLES DE SOUZA, Maria Brunhilda. Mitos e Símbolos de Migração Praiana - o caso de Almofala. Coleção Pesquisa Social. Vol. 3. Fortaleza, 1983.

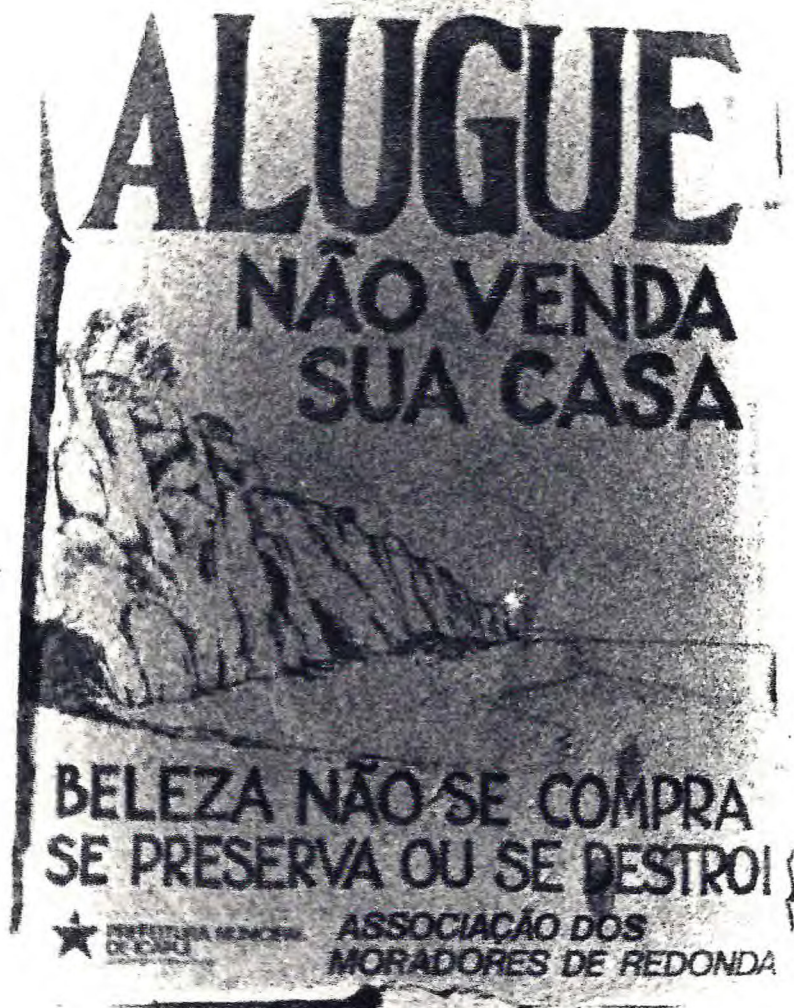


ANEXO I - SITUAÇÃO GEOGRÁFICA - ICAPUÍ / REDONDA.



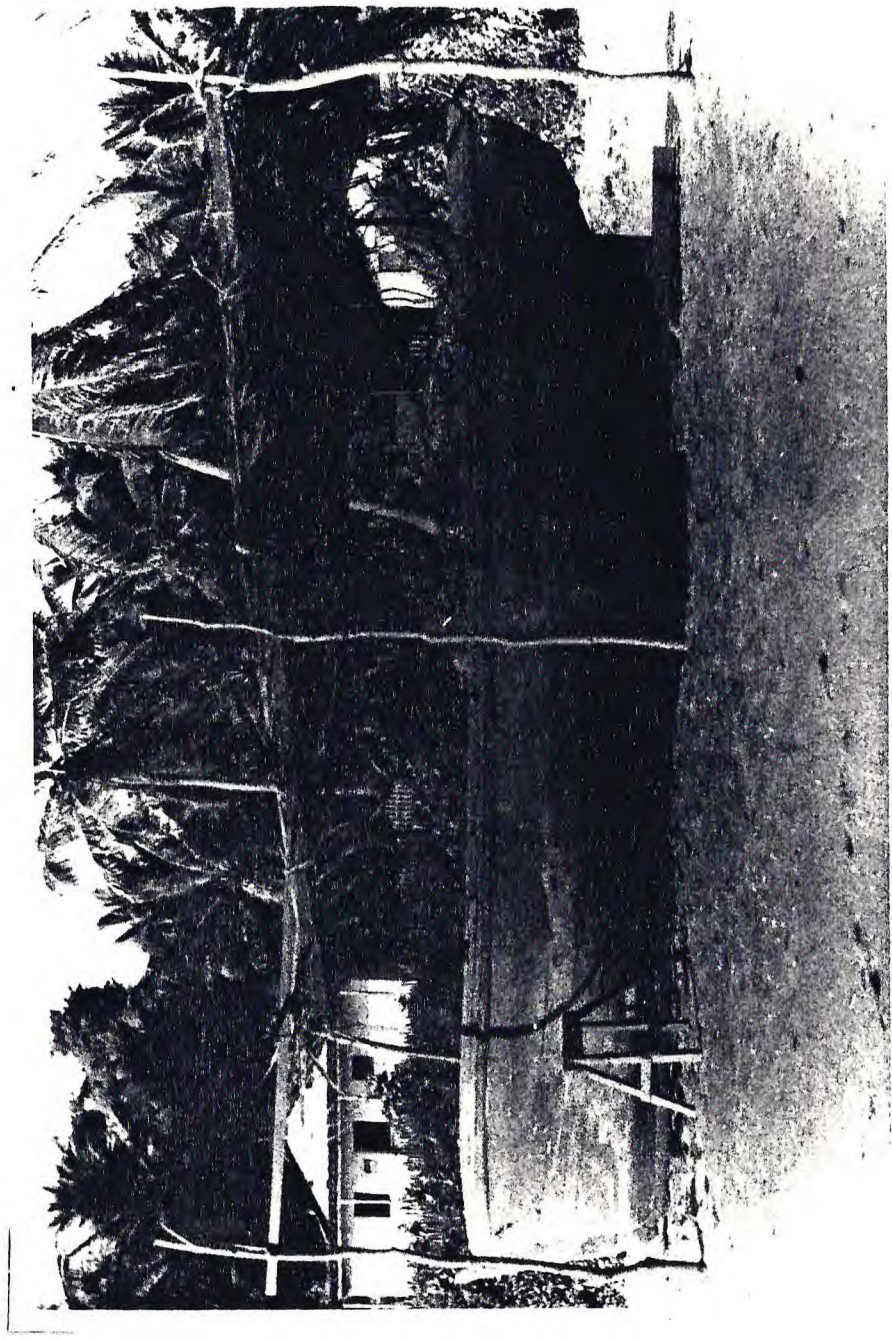
ANEXO III - CENTRO COMUNITÁRIO / ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES - REDONDA, ICAPUÍ.

Foto: Claudio Bezerra.



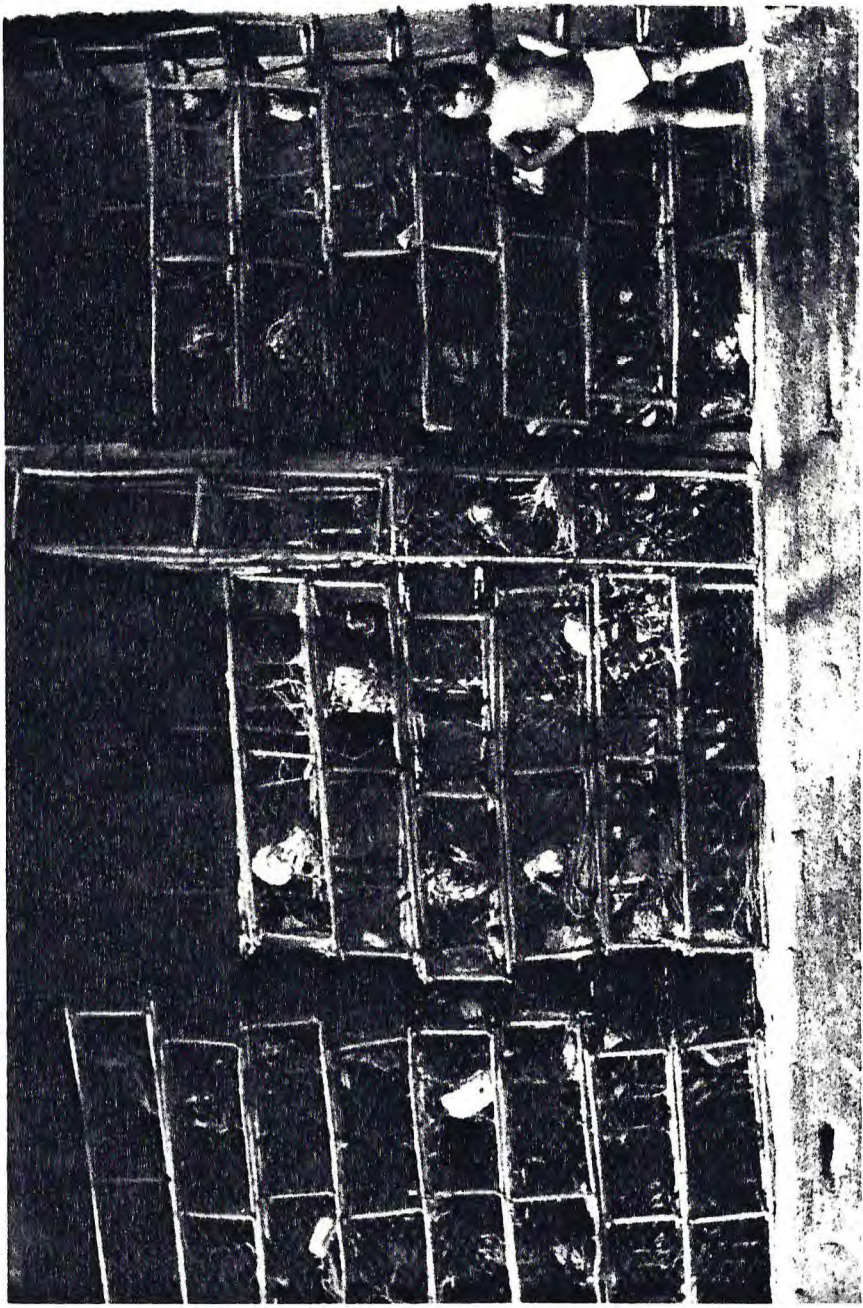
ANEXO III - CARTAZ DE CAMPANHA PROMOVIDA PELA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE REDONDA.

Foto: Claudio Bezerra.



ANEXO III - EMBARCAÇÃO DO TIPO BOTE A VELA - REDONDA, ICAPIÚ.

Foto: Claudio Bezerra.



ANEXO III - MANJIÁS OU COVOS - REDONDA, ICAPUÍ.

Foto: Claudio Bezerra.



ANEXO III - NA MARGEM DIREITA DA FOTO, CAMPANHA "CONTRA OS COMPRESSORES".

Foto: Claudio Bezerra.

ICAPUI

Pescador morto em conflito no mar

Um morto e cinco feridos foi o resultado de um conflito ocorrido ontem de madrugada, em alto mar, à altura da Praia de Redonda, município de Icapui. O fato envolveu dois grupos de pescadores, um de Redonda e outro da Praia de Mutamba, que há tempo vêm lutando pelo domínio da pesca na Costa de Icapui.

No local morreu alvejado a tiros de revólver Francisco José de Carvalho, casado, 29. Sairam feridos também a tiros de revólver e espingarda, Pedro de Anísio de Lima, 41, Raimundo Nonato de Carvalho 25, João Maria Soares, 26, José Júlio Gomes de Carvalho, 20, todos residentes na Mutamba, e outro de identidade ainda desconhecida, do grupo de pescadores de Redonda. Os quatro feridos (identificados) estão internados no Hospital Santa Luiza de Marilac, em Aracati.

BRIGAS

Há meses, conforme informaram policiais da Delegacia Regional de Aracati, os pescadores de Redonda de Icapui, vem proibindo que outros pescadores atuem naquela praia, pois acham que uma grande área de mar naquele município lhes pertencem. Acham que somente eles podem dominar a pesca na Praia de Redonda. Devido a isso já entraram em conflitos com outros pescadores dos municípios de Aracati e Beberibe.

Na semana passada, segundo Francisco José Mendes, residente em Fortaleza e que tem casa de veraneio em Ibicuitaba, no município de Icapui, incendiaram uma embarcação pertencente a Francisco Borges. Este compareceu a Delegacia do município, onde prestou queixa. Segundo versão policial, os conflitos na área ocorrem diariamente, tendo como mo-

tivo a interferência de políticos, alguns militantes do PT.

ARMADOS

A Polícia de Aracati informou que é costume dos pescadores de Redonda do Icapui, irem ao mar, armados de revólver e espinguadas, para desafiar outros pescadores, para eles inimigos. Na Delegacia Regional há queixa registrada contra o vereador de Icapui, pelo PT, Raimundo Bonfim Braga, o "Camunda", acusado de incitar os pescadores.

Na madrugada de ontem, cerca de 30 pescadores de Redonda, armados saíram para o mar em cinco embarcações com o objetivo de enfrentar os pescadores de Mutamba. Em alto mar houve o encontro que resultou na morte de um pescador e ferimentos em quatro outros.

PESCA PREDATÓRIA

Segundo Francisco José Mendes, os conflitos tiveram início, quando pescadores de outras áreas descobriram que os nativos de Redonda, que haviam proibido a pesca predatória estavam pescando lagostas miudas, usando para isso manzuás de malhas pequenas. Dai os pescadores de Mutamba ficaram revoltados e decidiram voltar ao mar a procura das lagostas. Houve então entre os dois grupos o primeiro conflito, seguido de outros, até ontem de madrugada, quando o crime foi perpetrado.

Na Delegacia de Icapui foi instaurado inquérito a respeito do conflito ocorrido em alto mar a altura da Praia da Redonda. Até o final da tarde de ontem a polícia não havia registrado a prisão de nenhum dos pescadores envolvidos no caso.

ANEXO IV - DIVULGAÇÃO DOS CONFLITOS PELA IMPRENSA.

Fonte: Jornal " O POVO " - 23/06/89.

Redonda prima por organização

O distrito de Redonda, uma bela praia do litoral cearense, pertencente ao município de Icapuí, cidade situada a 208 quilômetros de Fortaleza, é conhecido pela organização e união da comunidade. O Distrito, com uma extensão de seis quilômetros à beira-mar, tem uma população de 3.000 pessoas, que vivem basicamente da pesca da lagosta. Com um total de 88 embarcações, os pescadores do local combatem de todas as formas a captura predatória do crustáceo. Pelo seu nível organizacional, eles próprios comparam-se com uma aldeia de índios.

A mobilização dessa comunidade ficou conhecida em 1981, quando decidiram lutar pela desapropriação de um terreno no local e que resultou também numa morte. A população ressalta que a decisão de um só membro é a mesma de toda a comunidade. Como exemplo, citam o resultado da última eleição para prefeito, quando o Partido dos Trabalhadores obteve 70 por cento dos votos.



Pescadores de Redonda reagem contra o Juiz de Aracati, que determinou a liberação do barco, e pretendem manter a embarcação

PESCADORES

Clima continua tenso em Icapuí

O clima é tenso e de muita expectativa em todo o município de Icapuí, após o incidente ocorrido na quinta-feira em alto-mar, envolvendo pescadores das praias de Redonda, Barrinha e Mutamba, com um saldo de uma morte e cinco feridos. O temor de que os conflitos entre essas comunidades venham a se acirrar é visível. Os moradores de Redonda, Distrito situado a cerca de 20 quilômetros da sede e 208 de Fortaleza, estão dispostos a continuar agindo contra barcos que pescam lagosta de forma predatória na área, utilizando compressor, equipamento proibido na captura do crustáceo. Já com um total de duas embarcações apreendidas no vilarejo, os pescadores de Redonda prometem suspender essas decisões, somente com uma fiscalização rigorosa nos barcos, efetuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, além da Capitania dos Portos, órgãos que até então não haviam visitado o local. Ainda ontem, o Juiz da Comarca de Aracati enviou medida cautelar ao povoado, determinando a liberação do barco "Sônia Cristina II", tomado pelos pescadores no último dia 15. Toda a comunidade reagiu, dizendo que o barco só se irá retirar com o fim da pesca com o compressor na área, temendo a extinção da espécie.

ANA QUEZADO
envia especial

Barrinha alega falta de recursos

Localizado a 10 quilômetros de Redonda, o distrito de Barrinha fica mais próximo da sede. Tem uma população de aproximadamente 1.000 habitantes, que, a exemplo de outras comunidades, vivem da captura da lagosta.

A agricultura é de subsistência. O crustáceo pescado ali é comercializado na área, a NCz\$ 25,00 o quilo. Admite, a maioria dos pescadores que trabalha de maneira irregular, por falta de condições financeiras. A população do lugar acredita que somente a Justiça poderá solucionar esses conflitos na região.

Se por um lado, pescadores de Redonda protestam contra a pesca predatória com compressor, moradores de outros distritos, como o de Barrinha e Mutamba, questionam a autoridade deles para com o mar e denunciam que essas mesmas também utilizam equipamento irregular. Reunidos ontem, pescadores de Redonda, que preferem não se identificar para não se comprometerem, uma vez que julgam ser toda a população responsável por todas as atitudes, garantem que utilizam apenas o manzua na captura da lagosta. Dizem que a ação dos infratores diminuiu a produção do crustáceo no local. Em 1985, os moradores pescavam uma média de 12 quilos por dia. Segundo eles, essa quantidade foi reduzida para uma média de um quilo semanal nos últimos tempos.

Raimundo Bonfim Braga, conheci-

do no povoado como "Kamundo", morador de Redonda e Vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) em Icapuí, que vem acompanhando o movimento dos pescadores desde do início, afirma que a comunidade não acha certo essa maneira de agir, considerando as embarcações que atuam ilegalmente. No entanto, "é a única alternativa que restou para salvar a lagosta, único meio de sobrevivência das famílias". Ele contesta as declarações prestadas ao O POVO por Francisco José Mendes, de que estaria interferindo e influenciando os pescadores. "Convoco esse cidadão para participar de uma reunião com a comunidade, para que os fatos fiquem claros" — avisa.

ADVERSÁRIO

Acréscita ainda que, José Mendes, é adversário político e aproveita as oportunidades para "queimá-

lo". Já o pescador Raimundo Renato Carvalho, 24 anos, residente em Mutamba, que se encontra hospitalizado em Aracati com ferimentos no tórax, braço e abdômen, resultado dos conflitos de quinta-feira, disse que a população de Redonda pesca de caçoira, equipamento também proibido para a captura da lagosta. Proprietário do barco "Pargo", o segundo apreendido pelos redondeiros, ele diz que pesca de compressor porque não tem condição de comprar manzua.

A maioria dos moradores de Barrinha, outro distrito de Icapuí, admite que captura a lagosta com equipamentos irregulares, como é o caso do compressor. Um deles é Moacir Simão da Costa, 41 anos, casado, cinco filhos, que há 22 anos, enfrenta a bravura do mar. "Não posso pescar de manzua porque é caro" — explica. Proprietário de um barco

de 10 metros, ele considera a atitude dos redondeiros como "uma perversidade e coisa de índio". Acrescentou ainda que as pessoas de Redonda pescam de manzua, "mas utilizam a malha de oito milímetros, quando o permitido é de 12".

Além desses pescadores, "Kamundo" informa que também pescam de compressor, embarcações da cidade de Icapuí, dos distritos de Tremembé e Mutamba e ainda do Rio Grande do Norte. "As autoridades ficam de braços cruzados, enquanto acabam a lagosta" — comenta. Temendo a extinção do crustáceo, os moradores de Redonda dizem que "é melhor morrer de bala no mar, que morrer de fome em Redonda". Na segunda-feira, quando se reunem às 10 horas com membros do Ibama e às 14 na Capitania dos Portos, os pescadores vão propor uma inspeção conjunta nos barcos.

ANEXO IV - DIVULGAÇÃO DOS CONFLITOS PELA IMPRENSA.

Fonte: Jornal "O POVO" - 24/06/89.

PESCADORES

Denunciada ausência de fiscalização em Icapuí

"Os conflitos no litoral cearense e, em especial, na comunidade de Redonda, Icapuí, onde na última quinta-feira ocorreu um incidente em alto mar envolvendo pescadores, com o saldo de uma morte e cinco feridos em decorrência da pesca predatória, com o saldo de uma morte e cinco feridos em decorrência da pesca predatória, são causados pela falta de fiscalização". A denúncia é do Presidente da Comissão de Meio-Ambiente da Assembléia Legislativa, deputado João Alfredo, que na manhã de ontem, entregou, juntamente com representantes de entidades ambientalistas e de comunidades nativas, documento aos dirigentes locais do Ibama e Semace, denunciando a depredação da costa. "Há cinco anos, os pescadores de Redonda denunciavam a pirataria e pesca predatória e nenhuma providência foi tomada".



Problemas de Icapuí foram levados pela Comissão à Capitania

Durante o encontro com o Superintendente Regional do Instituto Nacional do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Carlos Maria da Costa Matos, a comissão solicitou a fiscalização e apreensão dos barcos que pescam a lagosta à base de compressores. O vereador Raimundo Braga Bonfim, conhecido por "Kamundo" reivindicou que a inspeção realizada pelos fiscais do órgão federal seja feita com a ajuda dos pescadores, "que estão dispostos a colaborar". O titular local do Instituto informou que não há como fiscalizar, porque seus funcionários estão em greve. "Se conseguirmos que um representante do Ibama participe da fiscalização juntamente com funcionários da Marinha e Polícia Federal, poderemos resolver, emergencialmente, o problema".

os ambientalistas ressaltam que em decorrência da falta de decisão política para coibir os abusos na costa cearense e preservar direitos humanos de suas comunidades nativas, eles se reuniram como instrumento de pressão política da sociedade civil. As entidades que assinaram o manifesto exigem de imediato dos governos Federal e Estadual a proteção e preservação do meio-ambiente, além da regularização da posse da terra dos pescadores e melhoria das suas condições de vida e trabalho.

Com esta filosofia, o prefeito de Icapuí, distante 221 quilômetros de Fortaleza, Dedé Teixeira, comprometeu-se com o Superintendente do Ibama em conceder apoio logístico aos fiscais do órgão, quando estes forem realizar a fiscalização da pesca predatória nas águas do Município. Durante o encontro, os

nativos de Redonda esclareceram que a inspeção deve ficar a cargo de pessoas que residam no lugar. Eles justificaram, afirmando que "assim que os fiscais saem de Fortaleza, os pescadores são informados e os barcos desaparecem".

Na oportunidade, denunciaram, ainda, que a Capitania dos Portos não está realizando qualquer fiscalização na área. Carlos Costa Matos justificou, informando que a Marinha, no Ceará, é limitada, não possuindo embarcações próprias para a fiscalização. Ressaltou que o Instituto realizou, juntamente com a Capitania, inspeção em Camocim. "O que nos parece é que há diferença entre os agentes da Capitania de Aracati, que responde por Icapuí, e de Camocim. Esse último é ágil, e interessado em resolver o problema da pesca predatória" — disse.

PRESERVAÇÃO
No documento "Salve o Litoral".

Ibama: só no papel Desarticulação

Para realizar o trabalho, os fiscais percebem, mensalmente, NCz\$ 200,00, não tendo qualquer apoio estrutural para o serviço. Eles estão em greve, há 17 dias, reivindicando melhoria salarial e estruturação do Ibama. "Nós corremos, diariamente, riscos de vida. O que aconteceu com os pescadores de Icapuí poderia ter sido conosco. Nós fazemos inspeção desarmados, enquanto que os infratores estão bem equipados" — atestou Soares Barros.

"Não podemos fazer o trabalho de fiscalização, porque não há condições de sobrevivência". A informação foi prestada por Antônio Soares Barros, do comando de greve e fiscal do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, durante o encontro, realizado na manhã de ontem, entre os representantes de entidades ambientalistas com o Superintendente do órgão, Carlos Costa Matos.

Segundo o fiscal, o Ibama não existe de fato, pois desde que foi criada em 22 de fevereiro último, o Governo não o estruturou. "Não dispomos de barcos, revólveres e nem roupa apropriada de mergulho, para fazermos a fiscalização da pesca predatória" — alertou, complementando que a inspeção é feita com barcos de empresários, que os emprestam ao órgão. "A nossa situação é tão séria, que para fiscalizarmos uma embarcação, somos obrigados a nadar alguns metros, sem o pé de pato".

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis continua com o seu quadro de servidores paralisado, com exceção do Superintendente e dos Diretores de Setor. A paralisação é quase total também no Interior do Estado, em cinco municípios — Crato, Sobral, Ubajara, Aracati e Maranguape. A greve no Ibama teve início no dia 16 deste mês, mas as negociações estão caminhando bem em Brasília, junto ao comando nacional de greve e a Seplan.

A greve tem como reivindicações básicas a estruturação do órgão — já que foi criado a partir da extinção da Sudepe, Cema, IBDP e Sudepe, e a melhoria de sua estrutura definida — e a implantação do Plano de Cargos e Salários. Com a evolução das negociações entre Seplan e Ibama, provavelmente esta semana já haverá alguma definição quanto à tabela de planos e cargos, devido ao grande número de projetos enviados a Brasília nesse sentido.

CONSEQUÊNCIAS

No seu 11º dia de greve, o Ibama deixou de prestar serviços relativos à preservação da fauna e a flora, no Estado. Dentre eles estava a fiscalização da pesca predatória da lagosta, na Praia Redonda, em Icapuí, onde os agentes do Ibama poderiam ter contornado o problema sem ter sido necessário o confronto dos pescadores, além da aplicação de multas àqueles que agrediram o meio ambiente.